

# ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

## REFLEXÕES SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

CÉLIA REGINA TEIXEIRA  
FRANCYMARA ANTONINO N DE ASSIS  
JOEL ARAÚJO QUEIROZ  
JOSEVAL DOS REIS MIRANDA  
MARIA VALDENICE RESENDE SOARES

VOLUME 3

**ESPAÇOS NÃO ESCOLARES:  
REFLEXÕES SOBRE POBREZA E  
DESIGUALDADE SOCIAL  
(Volume III)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**Reitora** MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

**Vice-Reitora** BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA

**EU** Editora  
UFPB EDITORA UFPB

**Diretora** IZABEL FRANÇA DE LIMA

**Supervisão de Administração** GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE

**Supervisão de Editoração** ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR

**Supervisão de Produção** JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

#### **CONSELHO EDITORIAL**

ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (Ciências Agrárias)

ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras e Artes)

FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)

GISELE ROCHA CÔRTEZ (Ciências Sociais Aplicadas)

ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)

LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (Ciências da Saúde)

MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)

MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Humanas)

MARIA REGINA VASCONCELOS. BARBOSA (Ciências Biológicas)

Célia Regina Teixeira  
Francymara Antonino Nunes de Assis  
Joel Araújo Queiroz  
Joseval dos Reis Miranda  
Maria Valdenice Soares  
(Organizadores)

**ESPAÇOS NÃO ESCOLARES:  
REFLEXÕES SOBRE POBREZA E  
DESIGUALDADE SOCIAL  
(VOLUME III)**

Editora UFPB  
João Pessoa  
2018

Direitos autorais 2018 – Editora UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB**

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

**Impresso no Brasil. Printed in Brazil.**

**Projeto Gráfico** Editora UFPB  
**Editoração Eletrônica** Josué Santiago  
**Design da Capa** Ana Gabriella de Carvalho Albuquerque

**Catálogo na fonte:**

**Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**

E77 Espaços não escolares: reflexões sobre pobreza e desigualdade social / Organizadores: Célia Regina Teixeira ... [et al], - João Pessoa: Editora UFPB, 2018.  
Recurso digital (1,8 Mb)  
Formato: ePDF  
Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader  
ISBN 978-85-237-1365-2  
1. Educação - Desigualdade social. 2. Educação - Políticas públicas. 3. Programas assistenciais. - Pessoas vulneráveis. 4. Vulnerabilidade social. I. Teixeira, Célia Regina. II. Título.

UFPB/BC

CDU: 37:316.34

**EDITORA UFPB**

Cidade Universitária, Campus I, Prédio da Editora Universitária, s/n  
João Pessoa – PB  
CEP 58.051-970  
<http://www.editora.ufpb.br>  
E-mail: [editora@ufpb.edu.br](mailto:editora@ufpb.edu.br)  
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:



Livro financiado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio do Programa de Extensão Universitária PROEXT – MEC/SESu, edital 2016, Linha 12: Mulheres e relações de gênero.

# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO** .....9

**ESPAÇOS NÃO ESCOLARES DE ACOLHIMENTO  
AS PESSOAS EM SITUAÇÕES DE  
VULNERABILIDADE SOCIAL** .....11

**POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA  
PERSPECTIVA ATRAVÉS DO ATENDIMENTO A PESSOA  
IDOSA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO NO  
MUNICÍPIO DE RIO TINTO – PB** .....12

ANA JÚLIA SANTOS DA SILVA  
ANOAN RODRIGUES SILVA DA SILVA  
MARIA VALDENICE RESENDE SOARES

**EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES DE FAMÍLIAS  
HUMILDES, PROCEDENTES DE COMUNIDADES  
CARENTES PRIVADOS DE LIBERDADE: UMA DURA  
REALIDADE** .....22

DOUGLAS SOARES ELEUTÉRIO  
KILMA CUNHA BARROS  
CÉLIA REGINA TEIXEIRA

**AS INTERFACES DA EDUCAÇÃO, POBREZA  
E DESIGUALDADE SOCIAL NAS RELAÇÕES  
ABRIGO-ESCOLA**.....30

JAILENE DE SOUZA AQUINO  
ROSILENE SILVA DE MOURAES  
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**RESISTÊNCIA POTIGUARA DE TRÊS RIOS CONTRA A  
DOMINAÇÃO E A POBREZA .....40**

JOSÉ ROMILDO ARAUJO DA SILVA  
EVA CAROLINA FONSECA DE R. CRUZ  
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**POBREZA, DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EDUCAÇÃO .....52**

JOSILANE MÁRCIA JUSTINIANO DA SILVA  
KILMA CUNHA BARROS  
CÉLIA REGINA TEIXEIRA

**ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ENFRENTAMENTO  
DA VULNERABILIDADE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE  
O TRABALHO NO CRAS EM UM MUNICÍPIO DO  
INTERIOR DA PARAIBA .....57**

LIVIA MARIA RAMOS BARACHO  
ROSILENE SILVA DE MOURAES  
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**A COMUNIDADE ESCOLAR E O PROGRAMA  
BOLSA FAMÍLIA: UMA REFLEXÃO SOBRE  
SEUS IMPACTOS .....65**

IARA CARMEN DE SOUZA OLIVEIRA  
ROSILENE SILVA DE MOURAES  
FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

**BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DA SUA  
CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO .....73**

ISABELA DA SILVA ANDRADE  
KILMA CUNHA BARROS  
CÉLIA REGINA TEIXEIRA

**O COTIDIANO DO PSICÓLOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA – CREAS NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA ESTADO DA PARAÍBA.....84**

IRIAN GOMES DE LIMA MENDONÇA  
KILMA CUNHA DE BARROS  
CÉLIA REGINA TEIXEIRA

**CASA DOS SONHOS, TERCEIRO SETOR DE EDUCAÇÃO: ESCOLA E FAMÍLIA EM POBREZA EXTREMA E FORMAÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ .....90**

IVONEIDE DE SOUZA LIMA  
KILMA CUNHA BARROS  
CÉLIA REGINA TEIXEIRA

**O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV): CONTRIBUIÇÕES PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL .....100**

RENATA BEATRIZ NASCIMENTO LIMA  
MARIA DE FÁTIMA MACEDO DOS SANTOS  
JOEL ARAÚJO QUEIROZ

**O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E O COMBATE A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL.....107**

RIVANILSON EVANGELISTA DE CARVALHO MOREIRA  
MARIA DE FÁTIMA MACEDO DOS SANTOS  
JOEL ARAÚJO QUEIROZ

**SOBRE OS ORGANIZADORES DOS LIVROS.....113**

# APRESENTAÇÃO

O Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) sob Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar, na Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), expõem os resultados dos trabalhos de conclusão dos cursistas.

Para isso foram organizados dois livros que apresentam o resultado final da implementação da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social da Universidade Federal da Paraíba, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, *Campus IV*, unidade Mamanguape.

O projeto teve início efetivamente em novembro de 2017, e a sua conclusão em dezembro de 2018. Ao término teve duzentos e setenta e dois cursistas aprovados no Curso de Aperfeiçoamento. Os trabalhos desses cursistas foram organizados em dois livros.

Desses duzentos e setenta e três trabalhos foram selecionados os que dialogam na área das Narrativas, do Currículo, do Tempo, do Espaço e do Território, por serem os módulos selecionados para serem refletidos ao longo do Curso. A autoria de cada artigo é seguida pelo nome dos cursistas, do tutor e dos professores pesquisadores.

O primeiro volume, cujo título é **Narrativas Auto (biográficas): percursos formativos e resistências em contextos de pobreza e desigualdade social**, *Parte* os professores pesquisadores analisam as produções dos cursistas e apresentam as concepções de pobreza e desigualdade social, suas marcas e mecanismos de superação registradas nas atividades executadas no curso. Também estão organizados os relatos das trajetórias de vida dos cursistas. Estes incidem sobre aspectos específicos da formação e prática educativa, num determinado tempo e espaço históricos. Os escritos, que assinalam a importância da compreensão dos atores sociais através da vida cotidiana, revelam as

marcas da pobreza e da desigualdade social, bem como as estratégias de superação e resistência.

O segundo volume nominado de **Espaços Escolares: reflexões sobre pobreza e desigualdade social** aborda a questão da pobreza no âmbito das escolas públicas municipais e estaduais, a dimensão curricular e de organização do trabalho pedagógico.

O terceiro volume denominado **Espaços não Escolares: reflexões sobre pobreza e desigualdade social** traz os trabalhos que versam sobre as questões da Pobreza e Desigualdade social nos espaços não escolares como Espaços de Assistência as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, Centro de Referências (CREAS); Centro de Referências e Assistência Social (CRAS) e Unidades de Saúde da Família (USF).

Célia Regina Teixeira

Coordenadora do Curso de Aperfeiçoamento  
Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS)



**ESPAÇOS NÃO ESCOLARES  
DE ACOLHIMENTO AS  
PESSOAS EM SITUAÇÕES DE  
VULNERABILIDADE SOCIAL**

# **POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA PERSPECTIVA ATRAVÉS DO ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE RIO TINTO – PB**

ANA JÚLIA SANTOS DA SILVA  
anasantosbt028@gmail.com

ANOAN RODRIGUES SILVA DA SILVA  
anoanrodrigues@live.com

MARIA VALDENICE RESENDE SOARES  
maria.valdenice@ccae.ufpb.br

## **INTRODUÇÃO**

O aumento da população idosa no Brasil cresce a cada ano, de acordo com o Estatuto do Idoso, esse número já soma 20 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. No entanto, a grande maioria dessa população ainda não conhece seus direitos que são garantidos e amparados pelo próprio Estatuto do Idoso. Para tanto, sabemos que as pessoas que chegam a terceira idade, carecem de uma maior atenção, seja por necessidades físicas, psicológicas ou especiais.

Com o envelhecimento da população, notamos que muitos idosos não têm nenhuma perspectiva de vida. Isso é um problema que tem grande recorrência principalmente nos municípios do Brasil. O pensamento do idoso consiste em ter garantido o benefício da aposentadoria dado pelo governo através da Previdência Social. Há alguns casos específicos

de pessoas idosas que fazem uso de seus direitos e que buscam ter melhores condições de vida na terceira idade. Ademais, muitos idosos não tem o conhecimento do Estatuto, bem como de sua funcionalidade na sociedade. Por isso, esse documento ainda passa por desconhecido para muitos idosos, justamente por não saberem de sua importância e até mesmo do seu vigor no âmbito social.

É por meio de nossas observações no Centro de Convivência do Idoso, localizado na cidade de Rio Tinto – PB, que nos debruçamos sobre as atividades realizadas com os idosos neste local e como funciona a política de organização interna da instituição. O Centro do Idoso é referenciado por um Centro de Referência e Assistência Social – CRAS. E teve como a pretensão de investigar os fatores geradores das desigualdades sociais existentes num grupo específico de idosos, sendo este constituído apenas de mulheres, que participam das atividades semanais desenvolvidas pelo Centro de Convivência do Idoso – Rio Tinto. O presente trabalho tem como objetivo conhecer a (con)vivência das usuárias do Centro de Convivência do Idoso, buscamos observar a integração entre as usuárias, os diversos tipos de atividades e oficinas que são ofertadas pelos professores e o trabalho de conscientização e motivação que são desempenhados pela equipe de profissionais que trabalham semanalmente com as usuárias, como também as dificuldades demonstradas pelas usuárias.

Como referenciais teóricos, baseamo-nos, além dos textos do Estatuto do Idoso, nos trabalhos de Garcia (2017), para discutir as questões concernentes a desigualdade social e para discutir sobre os idosos entre outros.

## **RELATANDO AS OBSERVAÇÕES NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO ISOSO**

Para tratar das discussões relacionadas a assistência social, fizemos uso das dependências do Centro de Convivência do Idoso Dr. Adelson Nunes de Melo, localizado na cidade de Rio Tinto – PB. Local este que

acolhe um grupo de idosas que são referenciadas pelo CRAS<sup>1</sup>. Após conhecer o local já mencionado, fomos ao encontro com as atividades que são desenvolvidas com as usuárias<sup>2</sup>. Aparentemente foi notável uma grande interação por parte das usuárias, uma vez que ambas já se conhecem de longas datas.

De acordo com o professor Paulo<sup>3</sup>,

[...] ainda são encontradas dificuldades, no entanto, duas das maiores dificuldades é o distanciamento da comunidade idosa “em geral” da própria cidade dos serviços que são ofertados semanalmente pelos profissionais e ausência do idoso enquanto figura masculina, isto já foi comprovado pelos profissionais que é por uma questão de preconceito, de machismo e também por ser reflexo da sociedade patriarcal em que os homens viveram e isso acaba por ser uma barreira.

Sendo assim, 100% dos idosos que são atendidos no CCI – RT<sup>4</sup>, são constituídos de mulheres, numa faixa etária de 60 a 90 anos. O Centro de Convivência também dispõe de diversos serviços, como por exemplo, atendimento com psicóloga, acompanhamento nutricional com orientações de cardápios para a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, também são ofertadas palestras de conscientização sobre diversos temas trabalhados no decorrer do ano, como também aulas de dança, artesanato, teatro e canto coral.

Conforme as orientações das disposições preliminares do Estatuto do Idoso, no Título I, que diz no seguinte artigo:

Art. 2.º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção

---

1 CRAS: Centro de Referência e Assistência Social.

2 Usuário: termo utilizado para pessoas cadastradas em programas sociais.

3 Paulo: nome fictício utilizado para preservar a identidade do profissional que colaborou com a pesquisa.

4 CCI – RT: Centro de Convivência do Idoso – Rio Tinto.

integral de que trata esta Lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2013, p. 7)

Através do que nos orienta o Art. 2º, conseguimos observar que tais atividades são realizadas com cuidado e atenção necessárias as usuárias, como também as mesmas demonstram interesse em realizá-las. Voltando-se para dentro do ambiente já citado, para os profissionais que trabalham lá, um dos maiores desafios é trabalhar com as questões emocionais das usuárias, pois algumas apresentam histórico de depressão, outras trazem experiências de vida sofrida e com várias frustrações pessoais por conta dos pais, de casamentos arranjados, de excesso de trabalho braçal no campo, carregando peso durante as colheitas de milho e entre outros produtos agrícolas, que conseqüentemente, acarretou no processo de baixa escolarização da grande maioria, pois como relata o professor Paulo: “poucas foram alfabetizadas e sabem ler e/ou escrever.”

Para tanto, é realizado um minucioso trabalho de cuidado com o emocional das usuárias, visando otimizar o bem-estar delas com mensagens motivadoras, vídeos, histórias, filmes e relatos de superação e o próprio acompanhamento psicológico, que é realizado pela psicóloga do CRAS, também são realizadas atividades lúdicas como complemento de uma série de ações que são desenvolvidas pelos profissionais, buscando cada vez mais a eficácia do serviço ofertado. Além disso, o CCI – RT recebe usuárias do CAPS I – RT<sup>5</sup>, as mesmas são encaminhadas pela assistente social que visa a integração dessas usuárias no grupo de idosas do CCI - RT. Esse encaminhamento se dá pela conclusão do tratamento psicológico (terapia) realizado pelas psicólogas do CAPS I. A intenção primeira é de que essas usuárias que também são idosas possam ser

---

5 CAPS I – RT: Centro de Assistência Psicossocial I, da Secretaria Municipal de Saúde, de Rio Tinto.

incluídas nas atividades desenvolvidas pelos profissionais do Centro do Idoso.

Com relação as questões educacionais do grupo de idosas do CCI, segundo o professor Paulo que atua no Centro do Idoso, “[...] é sempre válido considerar não só a educação recebida na infância ou na adolescência de cada usuária, até pelo fato de que o processo educacional acontece de forma contínua.” Na verdade, para ele, há sempre uma troca de saberes, uma via de mão dupla entre o que é ensinado no Centro e o que as usuárias trazem consigo, é através da (con)vivência com os profissionais e demais idosas que fazem uso dos serviços que regularmente são oferecidos no Centro. Podemos entender que a educação é o produto das heranças familiares que foram continuadas através das catequeses na Igreja ou em quaisquer repartições públicas, como no trabalho entre outros locais.

Para o professor Paulo, suas alunas são idosas, mas que ainda conservam desejos de crianças, de adolescentes que não puderam ser realizados, por não viverem as fases da infância e da adolescência como deveriam ser vividas. As idosas vêm das mais distintas configurações familiares, assim como de classes sociais diferentes, tanto seja as menos favorecidas financeiramente como as mais favorecidas, sendo estas beneficiárias da Previdência Social, possuindo uma renda equivalente a um ou dois salários mínimos, podendo ser também em forma de pensão. Outras trabalham com vendas na feira livre de Rio Tinto, e dos produtos vendidos asseguram seu sustento.

Há um misto de perspectivas que se encontram e desencontram entre elas (as idosas), a maioria não alimenta o desejo de ter uma boa perspectiva de vida, isto se dá pela falta de conhecimento dos seus direitos que são assegurados pelo Estatuto do Idoso. Apesar disso, os profissionais sempre estão apresentando informações acerca desse importante mecanismo de apoio a pessoa idosa. Ademais, é uma questão emocional de que muitas concebem a ideia de que já estão chegando ao fim da vida e não sentem mais vontade de aprender coisas novas ou até mesmo realizarem possíveis sonhos, como forma de combater esse

complexo de inferioridade causado pela idade avançada de algumas, os profissionais insistem em realizar motivações, palestras com a psicóloga entre outras atividades que despertem a vontade de ter uma vida psicologicamente mais saudável.

Mas foi possível observar, que há uma minoria que enxerga a vida totalmente diferente, uma vida sem limites, em que ainda dar tempo de fazer muitas coisas que em sua juventude não puderam fazer, como por exemplo, ter um segundo relacionamento (no caso das viúvas), aprender a dirigir e até mesmo sentir a adrenalina de um salto de paraquedas. Assim nos orienta o capítulo V, Art. 20º do Estatuto do Idoso, que “o idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”.

É por meio dessa orientação, que os profissionais visam promover momentos de entretenimento e lazer para as usuárias. Nos conta o professor Paulo, que um dos momentos mais interessantes para as idosas, foi no dia em que os profissionais as levaram para o Shopping Manaíra, em João Pessoa – PB, para assistirem o filme em cartaz “Os 10 mandamentos”. “Elas ficaram encantadas com a estrutura do shopping e outras com medo de fazer uso da escada rolante, por causa da altura, obviamente que elas sofrem de labirintite, outras já pediram para ir de elevador, pois nunca tiveram oportunidade para tal e queriam aproveitar o máximo possível. Foi difícil de segurar todas!”

Segundo o professor Paulo, as usuárias despertam interesse para vivenciarem situações novas, como um passeio turístico que pode ser considerado como um atrativo, uma quebra da rotina vivida por elas diariamente, seja em casa cuidando dos netos, fazendo almoço e algumas até sozinhas. As histórias de vida de cada usuária é uma mesclagem de inúmeros fatos e acontecimentos guardados na memória de cada idosa, é válido ressaltar que muitas são oriundas de comunidades rurais e por isso tiveram vidas sofridas, no trabalho da roça, com animais e até casos de abandono por parte dos pais biológicos e de esposos, como também, existem histórias de idosas que foram bem sucedidas na vida, tiveram

um bom casamento, um bom emprego na CTRT<sup>6</sup> e vivem equilibradas financeiramente até os dias atuais.

No que diz respeito as situações de pobreza, o Centro do Idoso como já foi mencionado acima, é referenciado pelo Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, um órgão que atua em diversas áreas da cidade, principalmente nas pessoas (crianças, adolescentes, gestantes, indígenas e idosos), que se encontram em caso de vulnerabilidade social. Entretanto, no Centro de Convivência do Idoso, ainda é notado pelo professor Paulo, a existência de alguns casos de pobreza. Podendo ser identificadas não só pela vestimenta, mas pelo o comportamento distinto das outras usuárias, sobretudo pela maneira reservada com que essas usuárias gostam e preferem ser tratadas.

Alguns casos também foram identificados pela assistente social que frequenta o Centro do Idoso e outros pelos demais profissionais que trabalham lá. Como forma de diminuir a carência de algumas idosas, os profissionais encaminham as usuárias para a Secretaria de Assistência Social e lá elas fazem um cadastro e recebem uma cesta básica, a mesma só pode ser entregue depois da usuária justificar o pedido no atendimento do serviço social, outra forma de ajudar, é a inclusão dessas usuárias no PAA<sup>7</sup>, que entrega mensalmente cestas com produtos da agricultura familiar. Mas o professor Paulo orienta que só podem receber a feira do PAA as idosas que são beneficiárias pelo programa do BF<sup>8</sup>.

É evidente sabermos da importância e, sobretudo da necessidade das políticas de assistência social, não somente numa cidade, mas no Brasil todo. Além disso, é preciso ampliar e fortalecer as ações no âmbito dessas políticas para que cada vez mais elas possam alcançar aqueles que delas necessitam. De acordo com o professor Paulo, os recursos do governo federal são mínimos e com essa subtração financeira, prejudica

---

6 CTRT: Companhia de Tecidos Rio Tinto (grande empreendimento construído pela família sueca Lundgren, na cidade de Rio Tinto. Considerado na década de 20 como o maior polo industrial de tecidos da América.

7 PAA: Programa de Aquisição de Alimentos.

8 BF: Bolsa Família.

algumas ações que poderiam ser feitas, mas que tem alguns custos, na verdade, todas as ações têm custos. Se o recurso oferecido pelo governo federal fosse maior, muito mais seria feito e até mesmo iria possibilitar a implantação de outras ações para beneficiar não somente o Centro do Idoso, mas os demais programas sociais existentes no município e que dependem do repasse de verba federal para serem mantidos.

Tais políticas influenciam diretamente na vida de cada usuário, seja ele criança, adolescente ou idoso, sendo este último o alvo principal. É pelos os serviços ofertados através de oficinas semanais que isso favorece em diversos fatores da vida do usuário. No caso do Centro do Idoso, ainda há muito a se fazer, mas as metas traçadas têm sido alcançadas por meio da dedicação dos profissionais, bem como da qualidade do serviço social ofertado. Portanto, o profissional do Centro do Idoso, na atualidade, não só tem a responsabilidade de oferecer um bom atendimento, e até mesmo uma boa alimentação entre as demais necessidades apresentadas pelos os usuários, mas tem a missão de ser agente transformador de vidas.

As usuárias tratam os profissionais com grande afetividade, uma delas afirma que: “[...] eles são como nossos familiares, aqui somos todas irmãs, gostamos uma das outras e aqui é nossa segunda casa, nossa segunda família”. A partir desta fala, percebemos que há um grande entrosamento entre os profissionais e as usuárias, isto é bastante positivo para a (con)vivência no Centro do Idoso. As construções desses elos contribuem com o serviço dos profissionais e facilitam as propostas de atividades e as ações que são realizadas com as usuárias.

Por fim, é necessário que muito se faça para a efetivação das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa, como por exemplo, campanhas de conscientização não só para os idosos, mas para a população em geral. É preciso que os municípios construam uma política base de proteção e amparo aos idosos, na defesa de seus direitos e deveres para com a sociedade e demais órgãos, como hospitais, igrejas, escolas, bancos entre outros. A importância de uma ação como essa, deverá refletir num futuro próximo para as pessoas que daqui a mais alguns anos estarão

adentrando na terceira idade, e assim poderão ter garantia de que a sociedade em si respeita e dá a devida importância a pessoa idosa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para mim, o Curso de Aperfeiçoamento em **Educação, Pobreza e Desigualdade Social** foi uma oportunidade de enriquecer meus conhecimentos, mesmo numa área que eu já trabalhava e vivenciava no âmbito escolar. O curso me proporcionou um olhar mais profundo sobre as questões que foram discutidas ao longo desses meses. Além disso, pude despertar um lado mais humano para com meus alunos e demais pessoas da sociedade. Pois é preciso saber enxergar os dois lados da moeda, para que se possa tecer críticas, é necessário ir em busca da raiz dos problemas, e assim poder fundamentar sua crítica de forma construtiva. Muitas vezes fazemos pré-julgamentos, mas não procuramos ir de encontro aquela situação específica para descobrir o fator gerador de um determinado incomodo.

Ademais, o curso me oportunizou uma maior sensibilidade para determinadas situações no meu dia a dia enquanto professora da rede municipal de ensino. As diversas questões voltadas para a desigualdade social, me possibilitou um olhar mais reflexivo, flexível e construtivo, no sentido de enxergar meus alunos de maneira mais compreensiva.

Muito se fala nas questões de educação, pobreza e desigualdade social, mas poucas são as ações que são desenvolvidas para sanar os problemas relacionados a essa tríade. Entretanto, faz-se necessário que o governo desenvolva políticas públicas em suas três esferas, sendo elas: federal, estadual e municipal, viabilizar ações que possam contribuir para o combate e a diminuição da pobreza no país. Fazendo com que as leis possam ser de fato cumpridas e os direitos dos cidadãos sejam respeitados.

A partir da pesquisa realizada, foi possível observar que falar de Educação, pobreza e desigualdade social é algo muito mais complexo do que pensávamos. No entanto, o que pode representar uma situação de

pobreza para uns, pode não ser enxergada como pobreza para outros. O curso nos proporcionou momentos de alargar os nossos conhecimentos, e novamente nos fez refletir e analisar que seja na escola, no serviço social do município e na igreja que estes ou outros espaços não funcionam apenas como transmissores de saberes, mas, sobretudo são ambientes que transmitem valores sociais.

É a partir de uma boa educação que se pode construir uma sociedade mais justa e igualitária, sem preconceitos raciais, de gênero (sexo) e até mesmo de classes sociais. Nós, professores, somos não só mediadores do conhecimento, mas também agentes transformadores de vida.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 3ª ed., 2 reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

GARCIA, Adir Valdemar [*et al.*] (organizadores). **Formação em educação, pobreza e desigualdade social**: propostas de intervenção no currículo escolar. 1. Ed. – Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017

# **EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES DE FAMÍLIAS HUMILDES, PROCEDENTES DE COMUNIDADES CARENTES PRIVADOS DE LIBERDADE: UMA DURA REALIDADE**

DOUGLAS SOARES ELEUTÉRIO  
soaresee@gmail.com

KILMA CUNHA BARROS  
kilmabarros67@gmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA  
cel.teix54@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

O aprendizado é algo necessário e inerente à vida, seja de vegetais ou animais, até mesmo um simples organismo como uma bactéria consegue aprender para sobreviver. Ao constatarmos tais afirmações, podemos pressupor que os espaços que ocorrem tal aprendizado influenciarão no êxito daqueles indivíduos, seja de forma mais rápida, ou de uma forma melhor para suas vidas.

O tema apresentado é de relevante importância para compreender como funciona a educação em uma escola que tem em sua clientela alunas em privação de liberdade como medida socioeducativa. Uma realidade pouco conhecida e muito cobrada pela sociedade que deseja que essas adolescentes voltem para sociedade totalmente ressocializadas

ou que sua passagem naqueles espaços seja apenas de penalização por seus atos infracionais.

Como funciona a realidade escolar dentro de uma unidade socioeducativa feminina? Quais os problemas enfrentados e os resultados exitosos atingidos? Como a educação pode transformar as realidades (muitas vezes de exclusão) e promover a inclusão dessas adolescentes. Dessa maneira, esse trabalho instiga o interesse de pensar nesses espaços em que ocorre a educação formal de adolescentes em uma situação diferente da tradicional, procurando melhorar as metodologias que proporcionam naquelas alunas uma transformação de vida através da educação.

Dessa forma vamos mostrar como funciona uma escola pública em tempo integral, entenderemos como funcionam os órgãos que regulamenta a internação de adolescentes em regime fechado, que são: O estatuto da criança e do adolescente (ECA, 2015), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2015) e o regimento interno da unidade de internação. Além de expor e compreender quais são as realidades sociais das adolescentes, quais os serviços sociais dos quais elas são usuárias e como a escola pode humanizá-la dentro de uma proposta de escola em tempo integral.

Conforme a Constituição Federal, todos nós somos regidos de forma igualitária e conseqüentemente cidadãos com plenos direitos e deveres. No caso de um ato infracional somos submetidos as leis e suas conseqüências. Dessa mesma forma, os menores de 18 anos estão sujeitos ao Art. 227 da constituição federal que é detalhado na lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 do ECA e outras providências que versa sobre os atos infracionais de crianças e adolescentes.

Da Prática de Ato Infracional:

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

Conforme dispõe essa lei, aqueles que cometeram atos infracionais estão sujeitos as penalidades da lei. Tais atos, conforme o ECA pode levar o adolescente ao regime de privação de liberdade o qual é o foco desse trabalho.

Os adolescentes que cometem determinados atos infracionais são apreendidos e ficam a disposição da justiça. Submetidos ao julgamento de um juizado especial da criança e da juventude que decidirá sobre seu ato infracional, determinando se ele fica no regime de meio aberto (liberdade assistida), semiliberdade em que os adolescentes são livres durante o dia para assistir aulas e/ou trabalhar e dormem na unidade, ficando livres nos finais de semana, e por fim, os que recebem a maior pena, que é a do meio fechado (privado de liberdade). Sua internação é cumprida em uma unidade socioeducativa.

As unidades socioeducativas são espaços físicos diferenciados que têm em sua proposta assegurar aos adolescentes o que preconiza o ECA. Entre outras necessidades básicas asseguradas nas unidades socioeducativas está a escola, visto como um espaço físico especial e de grande importância para ressocialização. Primeiro por que o conhecimento é necessário como uma garantia de direitos e porque os adolescentes estão em idade escolar. As unidades prestam um serviço social e estão ligadas à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humana (SEDH), ao contrário dos adultos que estão presos e ligados ao sistema penal e ao Ministério da Justiça.

No art. 2º do ECA diz que todas as crianças e adolescentes gozam de todos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana e o art. 4º afirma que é dever da família, comunidade, da sociedade em geral e do poder público a efetivação desses direitos, sendo assim, os adolescentes apreendidos que estão em regime fechado estão sob a tutela do estado e este tem como premissa a efetivação dos direitos que aborda esse artigo; a exemplo do direito a educação. No caso do estado da Paraíba, ele possui uma escola dentro de cada unidade socioeducativa.

Art. 2º A criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes á pessoa humana, sem prejuízos da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Além do que determina o ECA, o SINASE através da Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, orienta como serão as garantias e a efetivação das leis que dispõe o referido estatuto dentro das unidades socioeducativas de todo Brasil, na qual, expressa a importância dos adolescentes dentro do processo educativo escolar como fundamental para mudança de vida.

Podemos ver que a educação é importante e necessária no processo de ressocialização. A educação promove as garantias de direitos como podemos observar, porém, é necessário saber como ocorre essa educação nas unidades de internação e aperfeiçoar as metodologias. Visto que não é uma escola normal e os alunos também estão dentro de uma realidade que não é natural, o conjunto desses elementos impacta no processo de aprendizagem.

## **ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL NA SOCIOEDUCAÇÃO**

A proposta da escola integral diz que no século XX Anísio Teixeira já pensou nas escolas parques, trazendo à tona a ideia desse modelo de escola em que os alunos passem mais tempo na escola, porém, que suas atividades ultrapassem os muros das escolas e ocupem os espaços de seu entorno. Mais recentemente em 1980, foram criados os Centros Integrados de Educação Pública, pensado por Darcy Ribeiro quando era vice-governador do Rio de Janeiro no governo de Leonel Brizola. Novos modelos dessa mesma proposta reaparecem em 2007 com a criação do Programa Mais Educação do governo federal, que propunha que os alunos permanecessem mais tempo dentro dos espaços escolares com atividades extras curriculares. Também encontramos a escola cidadã que

foi pensada por Paulo Freire, que procura promover a ação consciente do homem enquanto sujeito social e dessa forma, a educação se torna uma das formas de transformação da sua realidade e de seus espaços sociais.

A junção das duas propostas, escola integral e escola cidadã forma a escola cidadã integral que foi implantada em algumas escolas públicas da Paraíba. Sua proposta de escola cidadã integral além de ampliar para 7 horas de aulas, busca outros tipos de aprendizado com atividades que proporcione o protagonismo juvenil dos alunos.

Arroyo (2012 p. 33), traz uma reflexão sobre o modelo de escola integral quando diz, “[...] que não é limitando-nos a oferecer mais tempo na mesma escola ou mais um turno extra com uma proposta de educação do mesmo tipo da educação existente. Seria uma dose a mais para garantir a visão tradicional dos direitos à escola e uma forma de perder o significado político da escola em tempo integral”. Atualmente a escola cidadã integral para socieducação implantada na Paraíba é uma ação pioneira no país, o que trouxe muitos olhares de outras secretarias de estados do Brasil para saber como será o desenvolvimento desse projeto.

O espaço socioeducativo é um lugar diferente da normalidade para qualquer aluno. Para ele conseguir realizar um trabalho exitoso dentro desses espaços é um grande desafio e maior ainda dentro do molde proposto para uma escola cidadã integral, visto que existem vários fatores limitantes para utilizar as metodologias de uma escola normal, devido um sistema de segurança necessário para unidade e a limitação de movimento que escola é submetida.

No caso específico deste estudo, o público é formado por adolescentes do sexo feminino. Todas estão no regime fechado que se configura com a privação de liberdade. São normalmente pessoas oriundas de famílias humildes, procedentes de comunidades carentes. A maioria das alunas possui bolsa família e cliente/paciente de serviços do governo a exemplo do Centro de Referência de Assistência Social (Cras).

Em uma pesquisa interna, observamos que apenas 20% das adolescentes estavam matriculadas, porém, não assistiam aulas regularmente. Não existe uma clareza na importância da escola para

suas vidas e a rotina de aulas não fazem sentido (conforme relatou uma jovem), o que foi um fator que a fez evadir-se do ambiente escolar. Para a mesma aluna a escola servia apenas para participar de jogos competitivos estudantis.

A maioria das adolescentes em medida socioeducativa foram apreendidas por estarem envolvidas em atividades criminosas, principalmente o tráfico de drogas. O tráfico se torna nas comunidades que elas vivem, uma fonte de renda, ou seja, um trabalho. Há casos também do envolvimento ser promovido por um relacionamento com pessoas que já vive essa realidade. Logo, é um grande desafio para nossa sociedade como um todo, mudar essas realidades de adolescentes infratores, pois eles após sua liberdade voltam para o mesmo espaço que os levou para um regime de privação de liberdade. Conscientizá-las que a escola é um caminho de transformação de vida e da sua realidade atual se torna um desafio muito grande.

Alguns frutos dos esforços dos docentes foram colhidos ao longo desses dois semestres de funcionamento da escola cidadã integral. No caso da unidade feminina, foi possível colocar uma aluna como pesquisadora do curso de psicologia da Universidade Federal da Paraíba, outra realizou o sonho de entrar na escola de futebol feminino de um time da capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que a educação não pode ser entendida ou praticada de uma única maneira ou com uma só metodologia, pois existe uma diversidade de espaços e realidades em nossa sociedade. Faz-se necessário pensar na escola, no local que ela está inserida, no seu público, que em nosso caso é de uma especificidade que exige um grande esforço para que realmente a educação ressignificar as vidas de adolescentes em privação de liberdade. Que também são frutos de uma sociedade de exclusão e invisíveis para o estado até o momento que se tornam um estorvo para sociedade. Como dialogar com todos esses elementos dentro de uma escola que literalmente é gradeada? Da

mesma forma não existe um único saber, são vários e que de alguma forma todos contribuem na formação dos espaços sociais.

A Escola Cidadã Integral que foi o foco desse trabalho é um espaço novo e que está se adaptando e em construção, dentro do contexto social trazido pelo seu público. Seu público alvo em sua maioria são frutos da desigualdade social de nosso país. Neste contexto algumas questões necessitam de investigação. Como a educação pode resignificar as vidas dessas alunas de comunidades muitas vezes esquecidas pelo poder público? Visto que as mesmas se encontravam fora das escolas e voltarão para a mesma realidade, os mesmos espaços que de alguma forma contribuiu para elas estarem hoje na socioeducação. Será que as metodologias aplicadas em outras escolas tradicionais funcionarão naqueles espaços?

Fora o desafio de encontrar a melhor metodologia a ser aplicada e de encontrar o melhor significado da escola cidadã integral para as socioeducandas; existem diversos questões internas, como as medidas de segurança que não permitem a utilização de diversos materiais didáticos. O tempo de internação varia muito, podendo ser de seis meses a três anos e a entrada da aluna na escola pode ser a qualquer mês do ano letivo. A partir de então a escola se vê obrigada a enquadrar essa aluna na proposta educacional vigente.

A educação sem dúvidas produz conhecimento e esse conhecimento deve ser utilizado para nossas vidas de forma positiva para que produza frutos que possibilitem que nossa sociedade ofereça uma vida melhor para todos os cidadãos. Precisamos de alunos conscientes de sua realidade e de seu papel social na construção de um futuro melhor e mais justo. Procurar meios que incentive o interesse pela educação em um espaço de alunas privadas de liberdade é difícil, porém, quando os esforços dos docentes são atingidos, eles conseguem ser maiores e mais gratificantes do que aqueles desafios com uma escola orma e alunos que não estão em restrição de liberdade.

O Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade social é um auxílio importante para compreender esse elo que liga essas

duas realidades: pobreza e desigualdade social. Como ambas estão interligadas e seus reflexos na educação de nosso país é uma realidade vivenciada nas escolas de comunidades carentes, quilombolas, sem terras, da socioeducação, etc. na escola integral que executo minhas atividades profissionais ainda está se criando metodologias específicas para uma escola que atenda as necessidades da socioeducação. Conforme (Leite, 2010) já existe êxitos das escolas indígenas, quilombolas e dos movimentos sem terra que trouxeram a realidade de sua história, de sua cultura e de seu movimento para construírem metodologias que atendessem as suas realidades que são de exclusão e preconceitos. Quem sabe partindo desses enfoques a escola integral será bem-sucedida.

Partindo de iniciativas de alguns professores a unidade feminina procura desenvolver o protagonismo juvenil das adolescentes através de práticas que as façam refletir sua própria identidade feminina, nordestina, suas crenças, origem e raça em uma tentativa de repensar e refletir como é ser mulher paraibana. Tais atividades são desenvolvidas além das aulas regulares e dentro de uma metodologia que deixe as adolescentes relaxadas sem a cobrança de resultados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. **Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, Brasília, n. 84, p. 36-57, jan. 2010.

SINASE. **Sistema Nacional Socioeducativo**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2015.

# AS INTERFACES DA EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NAS RELAÇÕES ABRIGO-ESCOLA

JAILENE DE SOUZA AQUINO

jailene.aquino@hotmail.com

ROSILENE SILVA DE MOURAES

rosilene.mouraes@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS

francym@terra.com.br

## APRESENTAÇÃO

Nossa inquietude surge a partir das relações Abrigo-Escola, quando em um relato de vivência descrevo as interfaces da educação, pobreza e desigualdade social em uma perspectiva de alteridade, na ação do me colocar e/ou me ver no lugar do outro. A atividade realizada contou com as colaborações e participações especiais de quatro abrigadas-educandas que residem no Abrigo Talita e estudam no Centro Educacional Raul de Freitas Mousinho (instituições localizadas no município de Guarabira/PB), o responsável pelo abrigo, a gestora escolar, uma ex-moradora do abrigo e amiga, além da minha pessoa.

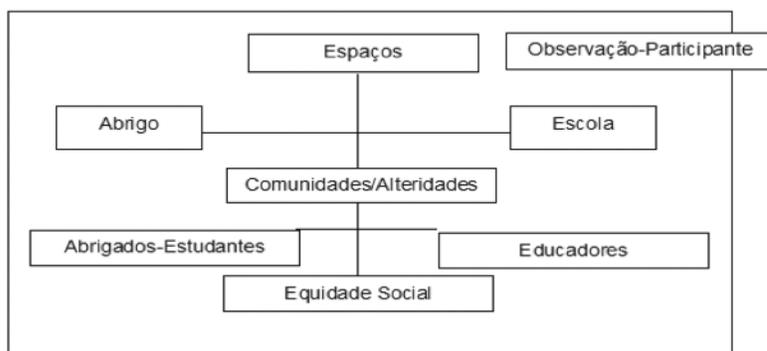
O delineamento do presente trabalho se faz pelo viés da abordagem qualitativa em um estudo de caso, utilizando o método de entrevista estruturada. Para Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa e de método abrangente e de abordagens específicas de coletas e análise de dados, por se tratar do complexo, não pode ser avaliado fora de seu contexto natural. Conforme Marconi e Lakatos

(1999), uma entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, e quando estruturada, consta de um roteiro previamente estabelecido. As entrevistas aplicadas aos colaboradores foram distintas, específicas, refletidas e comentadas.

Animar-se na alteridade é uma atitude imperativa a prática docente para atingir o estudante, compreendê-lo em seu eu, conduzi-lo aos seus propósitos.

Nosso subsídio bibliográfico se dá por intermédio dos textos de Lúcia Leite (2018), Miguel Arroyo (2018) e Paulo Freire (2003). Enfatizamos que nosso objetivo geral foi nos colocar no ambiente do outro, averiguando e analisando em específico: (a) Se o Abrigo e a Escola desempenham seus papéis de acolhimento e integração; (b) Se pela prática da ação da alteridade compreendemos um pouco do universo dos outros; e (c) Como a tríade Educação, Pobreza e Desigualdade Social se envolvem e persistem nos diferentes espaços trabalhados e vivenciados. Para o entendimento em geral de nosso trabalho, elaboramos o Fluxograma – I.

Fluxograma - I: Visão geral da proposta do estudo de caso.



Fonte: Elaboração da Autora/2018.

No abrigo Talita está bem nítida a preocupação com a proteção e o bem-estar das crianças e jovens que estão abrigados no local, toda a estruturação e equipe de gestão do ambiente são bem articuladas, com

preparação capaz de fornecer os subsídios necessários as abrigadas-estudantes. A escola, por vez, desempenha um excelente papel, confere todo o apoio necessário, faz a ligação direta com o abrigo, quando assim reconhece a importância do trabalho em parcerias para o efetivo atendimento às estudantes, contudo, temos que voltar a raiz da problemática, justamente, refletir sobre possibilidades de resgatar as famílias antecipando tais acontecimentos.

## **AS INTERFACES DA EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**

Nosso relato conectou os contextos das interfaces da educação, pobreza e desigualdade social vistos em situações de alteridade, observando e vivenciando os acontecimentos no Abrigo e na Escola.

Barros *et al.* (2000) ressaltam a dificuldade em se definir pobreza e desse modo afirma que a pobreza é um fenômeno complexo, que significa coisas diferentes para diferentes pessoas. Para Arroyo (2018a), em realidade, a caracterização dos(as) pobres como inferiores em moralidade, cultura e civilização tem sido uma justificativa histórica para hierarquizar etnias, raças, locais de origem e, desse modo, alocá-los(as) nas posições mais baixas da ordem social, econômica, política e cultural.

Freire (2003, p. 69) enfatiza a pedagogia do diálogo, na concepção de que “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Assim, nos tempos do hoje, conforme Leite (2018), seu pensamento ganha forças e contornos diversos na forma de racismo, homofobia, segregação, exploração sexual, desrespeito aos direitos da criança e do(a) adolescente, exigindo que nós, educadores, nos posicionemos diante dessas opressões. A mesma autora argumenta que Paulo Freire nos mostrou a necessidade de nós, educadores e educadoras, termos a “rebeldia” necessária para compreender as estruturas opressoras de nossa sociedade. E termos uma perspectiva macro para romper com essa realidade, em um mundo cada vez mais opressor e desigual.

Em minhas vivências de 23 anos de sala de aula, olho os avanços da educação e reflito o quanto ainda temos que fazer para torná-la mais próxima do que conceituamos de equidade social. Observo que as dificuldades são praticamente as mesmas de anos atrás, entretanto, e em uma conjuntura geral, um tanto mais acentuadas, uma vez que a família, a cada dia se ausenta mais da escola e da própria criança.

Temos a pobreza como uma das consequências da desigualdade social e a educação formal, em especial, como a salvadora de tudo. No entanto, a escola não supre as demandas do hoje e agora, haja vista que a educação é um processo, e encontra-se mais próxima ainda de transmitir conteúdos engessados do que formar o indivíduo em sua integralidade. A escola e nós docentes precisamos redimensionar e refletir sobre os nossos papéis, reformulando os propósitos através da compreensão do que a comunidade escolar — discentes, pais/responsáveis, professores, equipe pedagógica em geral, direção, funcionários — podem executar nas suas respectivas funções sociais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) preconizam a atenção à diversidade da comunidade escolar e baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender às necessidades particulares de aprendizagem dos alunos. Consideram que a atenção à diversidade leve em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas também, seus interesses e motivações. Arroyo (2018b) complementa esta informação mencionando o currículo articulado com a pobreza, elencando: as diferenças regionais culturais, econômicas e políticas existentes reconhecendo no coletivo empobrecido as reflexões para ultrapassarem suas próprias realidades; valorização dos conhecimentos trazidos pelos discentes; estimulação do pensamento crítico sobre a realidade social percebida, dentre outros.

Elegemos para representar os sujeitos de nosso estudo quatro estudantes-abrigadas, pontes da relação abrigo-escola; O padre responsável, que é visto como um pai/avô pelas abrigadas; Uma ex-abrigada e minha ex-aluna, hoje uma amiga, que mantém contato tanto com o abrigo quanto comigo; A gestora escolar, que possui uma imagem

forte em disciplina e carisma; E a autora-participante, que ora observou os processos e/ou ora fez parte do mesmo.

No abrigo Comunidade Talita encontramos 35 crianças e adolescentes abrigados, sendo 28 meninas e 6 meninos, esclarecendo que quatro dessas garotas estudam no Centro Educacional Raul de Freitas Mousinho e que são acompanhadas por mim durante as aulas de ciências. A estrutura do abrigo é excelente, o padre Pescarmona nos atendeu muito bem, com bastante ânimo e carisma, nota-se que é bastante esclarecido, entendedor do que representa na comunidade e excelente gestor. Por observação, verificou-se que é carinhoso com as abrigadas e que atende com nobreza todos que chegam ao abrigo. Suas respostas apenas confirmaram os modos da boa gestão do abrigo e seriedade com a qual conduz a instituição. Presumimos a partir de então, como é complexo o seu trabalho. A seguir, temos as respostas as nossas indagações de como surgiu o abrigo? Quais perspectivas a Talita oferece as meninas que chegam?

Surgiu em 2001, devido a situação de abandono e pobreza, foi uma resposta frente a situação. Temos aqui uma visão integral, como saúde, educação, vestuário, alimentação, lazer e esportes, cursos de formação profissional, formação ética e cidadania (Padre Pescarmona, entrevista, 2018).

Na fala do padre temos o incremento de que “o abandono e a pobreza significa o início da exclusão familiar e social, as crianças e os adolescentes não são os causadores e sim vítimas do problema”. Ainda argumenta que “só aceitamos abrigadas(os) através das medidas protetivas com determinação judicial, pois é um modo de nos resguardarmos”. E, acrescenta “Nós aceitamos e temos o prazer em receber as visitas para que deste modo as pessoas saibam como de fato funciona e é a Talita”.

As meninas são pessoas meigas e tranquilas, estudiosas em minhas observações na escola, demonstram alguns aspectos de alegria, no entanto, seus olhares em geral são distantes. A Entrevistada - B disse

que a Talita “é um lugar ótimo” e acrescenta “quando eu não conhecia achava que era um lugar ruim, pois escutava as pessoas falarem isso, mas vim para a Talita e sei que hoje vou ter futuro”. Perguntamos para as abrigadas, para sua vida, o que morar no Talita trouxe de possibilidades? De perspectivas?

A – Várias oportunidades, como cursos e de aprender coisas novas;

B – Muita coisa, como cursos em geral (cabelereiro, manicure, pedicure), aulas de reforço escolar, esportes e lazer;

C – Me vejo estudando, ter trabalho, ir à faculdade e ajudar as pessoas;

D – Enxergo educação, humildade, ser uma pessoa melhor, conseguir as coisas (Abrigadas-Estudantes, entrevista, 2018).

Para as meninas a Talita foi um recomeço, uma oportunidade de novos horizontes, uma saída para as condições de pobreza que se encontravam inseridas, tanto para as mesmas, como para as suas famílias. E ao nos referirmos sobre os pontos difíceis do abrigo, nos deparamos em especial com o termo família, pois apesar de estarem bem no abrigo, todas mencionam a falta da família biológica, sendo esta a “ferida” que machuca e entristece. Assim, temos:

A – Não estar realmente com a família;

B – Não há nenhum ponto difícil;

C – Não ver meus irmãos e irmãs pela dificuldade de eles virem até aqui;

D – Estar longe da família, pois não é a mesma coisa vê-los apenas só uma vez no mês (Abrigadas-Estudantes, entrevista, 2018).

Em geral, é uma escola bem localizada e de fácil acesso, de aparência bonita e bem zelada, quando então nos responde a gestora sobre quais perspectivas têm a Gestão Escolar sobre a relação Escola-Abrigo?

O que a gente espera do abrigo é a proteção e o acompanhamento das adolescentes, justamente o que eles fazem. Há uma reciprocidade entre escola e abrigo na ação em dar amor, proteção e acolhida às meninas. O nosso papel é fazer com que elas se sintam bem aqui na escola, as tratamos igualmente, porém olhamos com um diferencial, devido justamente, essa situação de risco, para que elas se sintam mais apoiadas (Prof<sup>a</sup> Francicleide Mendes, entrevista, 2018).

Por seguinte a ex-abrigada, nos reafirma as melhorias na sua vida e como o abrigo contribuiu para a realização de seus sonhos, estudou e trabalha, como também se reintegrou aos seus familiares, com os quais convive até hoje.

Compreendo que a base familiar é uma das inclusões para sustentar uma sociedade mais justa, saudável e harmônica. Novas e diferentes famílias são formadas, porém todas recaem sobre os contextos da afetividade elementar e educação para a vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No ambiente escolar, docentes em geral, criticam os estudantes pelo descaso com o estudo, pelo desinteresse e a falta de comprometimento. Portanto para além dos elementos paliativos, procuramos compreender os acontecimentos, observando todas as partes, refletindo sobre ações pelo exercício da alteridade. Compreendo que a ação do aprender é

importante, principalmente, o saber do outro, pois na realização do estudo aqui descrito me deparei com assuntos que eu não sabia ou desconhecia, dos quais não me aproximava, talvez pela falta de oportunidades. Agora, por meio do Curso de Aperfeiçoamento, especificamente do estudo sobre a tríologia Educação-Pobreza-Desigualdade, outros e mais horizontes se abriram para um olhar diferente para a sala de aula e os estudantes.

O Curso de Aperfeiçoamento EPDS, oferecido pela UFPB - *Campus IV* trouxe um leque de possibilidades de reflexão quanto à forma de enxergar os sujeitos-educandos em situação de vulnerabilidade social. A escola como um todo não pode ser omissa nas situações de descaso com o ser humano, por vezes ela é o meio articulador para uma possível vida melhor, que se concretiza em aprendizagens e educação para a vida, para o mundo do trabalho, com oportunidades de realizações. Nela o sujeito se vê, se aproxima dele mesmo, se molda, se critica e assim poderá ver o outro, ou o mundo exterior, sendo capaz de formular opiniões a partir das reflexões que consegue realizar esclarecidamente. Enxergamos as coisas/objetos/situações com outros olhares, por todos os lados e perspectivas depois do curso.

E, o mais importante na escola nos dias atuais; temos que construir conhecimentos juntos, pensar juntos, socializar saberes em perspectiva da equidade, uma vez que o meio escolar propaga o respeito ao diferente, aos outros, a pluralidade. Evidentemente, nem tudo e nem todo ambiente é perfeito, muitos ajustes deverão ser ainda feitos e muitas mudanças ainda estão por vir, porque o espaço escolar é dinâmico e versátil, e a educação é um processo contínuo e ininterrupto.

O abrigo, sem dúvidas, é um espaço para a educação, para o disciplinamento, ao meu ver, nesses momentos de convivência, muito mais rigoroso do que o ambiente da casa de uma família qualquer, tendo em vista que as rotinas são fixas e restritas, mas também reconheço que administrar uma casa não é algo fácil. Noto que em um ambiente para trinta pessoas em média, é necessária uma disciplina bem maior. Ponderei a circunstâncias dos disciplinamentos como um aspecto bom, os sujeitos/abrigados podem chegar “despedaçados”, sem norte, sem

estrutura e encontram ocupação e hábitos, que devem processar para se ambientarem, ressaltando que isso os fortalece e os subsidia para as mudanças necessárias, que sem dúvidas irão acontecer, pois se abraçarem a oportunidade, serão modificações boas e generosas para as suas vidas. A família é precisamente a ferida para as abrigadas-estudantes. Por isso, compreendo como a família é ainda o pilar forte da sociedade, se ela desaba, tudo em volta igualmente poderá cair. Alcançar uma sociedade mais justa e igualitária é antes proporcionar às famílias condições para que possam se manter com dignidade e amparar seu ente querido.

A escola e o abrigo caminham juntos no amor e acolhimento às estudantes-abrigadas, proporcionam espaços de convivências mais alegres e leves para trabalhar a autoestima, o eu em suas expectativas, frustrações, paciência, otimismo, força e esperança de ter no futuro uma vida boa, num mundo mais justo e melhor do que já tiveram. Sei que várias transformações precisam acontecer para os vários sujeitos e suas condições de vida para que possam ultrapassar a inércia do sistema e quebrar o ciclo da Desigualdade Social. Contudo, o exercício da alteridade poderá tornar as relações humanas mais afetuosas, passíveis do entendimento do outro e de nós mesmos.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Módulo introdutório:** pobreza, desigualdades e educação. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018a.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Pobreza e Currículo:** uma complexa articulação. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018b.

BARROS RP; HENRIQUES R. & MENDONÇA R. 2000. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil, pp. 21-47. In: HENRIQUES, R. (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, Rio de Janeiro.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Adaptações Curriculares. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC / SEF/SEESP, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistência da pobreza**. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

# RESISTÊNCIA POTIGUARA DE TRÊS RIOS CONTRA A DOMINAÇÃO E A POBREZA

JOSÉ ROMILDO ARAUJO DA SILVA  
romildo\_01@hotmail.com

EVA CAROLINA FONSECA DE R. CRUZ  
ecarolinacruz@hotmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS  
francym@terra.com.br

## INTRODUÇÃO

Neste artigo analisaremos a trajetória dos índios Potiguara da aldeia Três Rios, que compõem a comunidade escolar desta aldeia. O objetivo deste trabalho é compreender melhor o perfil da comunidade EEIEFM Índio Pedro Máximo de Lima, refletir sobre a situação sócio-econômica atual, associando com sua trajetória histórica para entender melhor seus discursos e aspirações.

Primeiramente faremos uma análise histórica, atentando para as causas do surgimento da pobreza e da desigualdade social neste grupo. Em seguida, abordaremos algumas armas utilizadas pelos indígenas no contexto atual que visam melhorar suas condições de vida, destacando o papel da educação e das instituições consideradas aliadas nessa luta. E por fim, faremos a exposição de nossas conclusões demonstrando como este curso de aperfeiçoamento contribuiu para nossa formação pessoal e profissional.

Do ponto de vista teórico-metodológico empregamos os dados qualitativos para lidar com aspectos subjetivos referentes à crença, entendimentos pessoais, e compreensões coletivas (MINAYO, 2003); fizemos uma análise histórica através de uma pesquisa bibliográfica com a intenção de refletir sobre as mudanças e permanências dos fenômenos sócio-econômicos, políticos e culturais presentes na vivência dos potiguara (FREIRE, GUIMARÃES, 2000). Utilizamos também a observação participante, que segundo Cruz Neto, “[...] se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (CRUZ NETO, 2003, p. 59).

Utilizamos como base da nossa pesquisa os referenciais oferecidos no Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social da UFPB, a Etnohistória dos Índios Potigûara (Moonen, Maia. 1992); Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguara da Aldeia Três Rios (MAQUES, 2009); Práticas educativo-religiosas dos Potigûara da Paraíba (BARCELLOS, 2014); Mobilização Étnica Pós-Industrial: Uma década de expansão universitária: estudos sobre o Vale de Mamanguape (ALINE, 2017), e para indicar os significados das palavras em Tupi utilizamos o dicionário de Tupi Antigo – a língua indígena clássica do Brasil (Navarro, 2013).

## UMA BREVE HISTÓRIA DOS POTIGUARA DA ALDEIA TRÊS RIOS

Para compreender a história dos índios potiguara da aldeia Três Rios se faz necessário compreender primeiramente o perfil desses indígenas, de onde vieram, o que buscam para si e quais são suas aspirações. A palavra potiguara<sup>9</sup> segundo Monei, “era a denominação dos índios que no Século XVI habitavam o litoral nordeste do Brasil,

---

9 **Potiguara.** Potĩ (camarão) + ‘u (comer) + ara (quem tem o hábito de). Comedor de camarão.

aproximadamente entre as atuais cidades de João Pessoa, na Paraíba<sup>10</sup>, e São Luis, no Maranhão” (MONEI, 1992 p.93). Compreendemos uma frase dita frequentemente pelo Cacique Geral dos Potiguara Sandro Gomes Barbosa: “Não se pode falar sobre a história da Paraíba sem falar dos Potiguara”, de fato, quando os portugueses chegaram em Akaiutibiró<sup>11</sup>, atual Baía da Traição, litoral norte da Paraíba, os Potiguara já eram os senhores absolutos daquele lugar.

Mas de onde vieram os Potiguara? Após muita pesquisa a pergunta permanecia, até que o tema de uma assembleia nos deu pistas para encontrarmos esta resposta. Em setembro de 2017 na aldeia Brejinho, participamos de um seminário com o tema bastante interessante: A Terra Sem Males - na visão dos Potiguara. Este seminário<sup>12</sup> foi realizado pelo coletivo de pesquisa pela valorização dos saberes Potiguara em parceria com a UFPB. No auge deste evento os participantes, entre eles, alunos de escolas indígenas, universitários, professores, representantes de instituições, caciques, anciãos, reuniram-se em cinco grupos com objetivo de elaborar propostas coletivas para construção de uma Terra Sem Males. Nos indagamos se a crença na Terra Sem Males, ou *Ybymarãne’yma*<sup>13</sup> dos antigos tupi-guarani estaria viva entre os Potiguara.

De acordo com o mito, profetas conhecidos como *karaíba*<sup>14</sup>, saíam de aldeia em aldeia aconselhando aos índios a caminharem em busca da Terra Sem Males, advertindo também que sua terra atual seria destruída por um grande cataclisma como já houvera ocorrido antes. (Navarro, 1995 p.69). De acordo com a profecia, A Terra Sem Males era um lugar terreno alcançável apenas por pessoas valentes, nela não haveria autoridade, lei ou morte; a terra produziria por si mesma seus

---

10 **Paraíba.** Para (mar, ou rio de grande volume d’água) + aib-a (ruim).

11 **Akaiutibiró.** Akaïu (caju) + tebyró (sodomita/estério).

12 **Segundo seminário** do coletivo de pesquisa pela valorização dos saberes potiguara, com apoio da GEPees/UFPB - Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Etnia e Educação Solidária vinculado à UFPB. Realizado na aldeia Brejinho, em setembro de 2017

13 **Ybymarãne’yma.** Yby (terra) + marã (malefícios) + e’yma (negação). Terra Sem Males.

14 **Karaíba.** Pajés, ou curandeiros indígenas que pregavam sobre a Terra Sem Males, e a destruição do mundo, posteriormente a palavra passou a significar cristãos.

frutos; as flechas alcançariam espontaneamente a caça, onde a comida, a bebida, a dança, e a festa jamais cessaria. (NAVARRO, 2004, p.324; LERY; THEVET; CLAUDE D'ABBEVILLE; YVES D'ÉVREAUX). O mito da Terra Sem Males está presente em diferentes povos da família linguística tupi-guarani. Segundo Neves:

Pode-se dizer que a ideia de que esses povos, que ocuparam grande parte do território brasileiro e parte da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai e da Argentina, tiveram sua etnogênese na Amazônia e dali partiram para o leste e para o sul, por volta de 2.500 anos antes do presente [...]. Entre os arqueólogos que consideram a Amazônia como berço desses povos, alguns acreditam que esse surgimento se deu na Amazônia central. Outros acreditam que a etnogênese Tupiguarani ocorreu no sudoeste da Amazônia, onde hoje se concentra a maior diversidade linguística do tronco Tupi (2011. p. 95).

Compreendemos então que a origem mais provável do povo Potiguara seja a região amazônica, de onde partiram os grupos tupi-guarani a mais de 2500 anos, ocupando entre outras regiões a Paraíba, e possivelmente seguiam buscando uma Terra Sem Males.

Como dito anteriormente, o primeiro contato entre europeus e potiguara deve ter ocorrido em 1501 em Akaütibiró, quando certamente os potiguara se maravilharam com as canoas imensas vindas do grande mar cheia de pessoas estranhas, falando uma língua tão estranha quanto a dos Tapuias<sup>15</sup>. Após um evento controverso em que marinheiros portugueses teriam sido traídos ou devorados num ritual antropofágico, aquela região teria recebido o nome de Baía da Traição. Anos depois os Potiguara mantiveram uma boa relação com os “Maíras<sup>16</sup>”, franceses que traziam muitos presentes como machados, anzóis, espelhos, roupas,

---

15 **Tapuia/tapu'ya**. Indígena de grupo tribal não falante de tupi.

16 **Maíra**. Francês, também refere-se a um ser da mitologia tupi, sucessor e herdeiro de Mairumûana.

armas, guarda-chuva, e muitas outras novidades jamais vistas pelos Potiguara. Em troca, os índios ofereciam sua força de trabalho e comida, especiarias, e principalmente a *Ybyrápitanga*<sup>17</sup>, árvore que passou a ser conhecida como Pau-Brasil.

Com o tempo, os Potiguara passaram a sofrer com aqueles contatos, pois os europeus traziam consigo muitos males: a guerra, a peste, o estupro, a escravidão, a fome, a pobreza, a desigualdade e a miséria. Aprenderam na prática o significado das palavras pecado e inferno, até então inexistente em seu imaginário. Descobriram até que aqueles invasores disputavam o domínio do chão que os índios pisavam, suas crenças e suas almas.

Com a população reduzida por causa das guerras contra os tapuias, espanhóis, tabajaras<sup>18</sup>, portugueses, holandeses, católicos e protestantes, muitos potiguara se refugiaram dentro dos aldeamentos missionários. Nestes locais eles foram catequizados, submetidos a uma rigorosa rotina de trabalho e privados de praticar sua cultura. Em meados do século XVIII, com as reformas pombalinas, os missionários foram expulsos e a língua tupi proibida.

Em 1859, o imperador do Brasil D. Pedro II esteve em Mamanguape, e uma comissão de índios foi ao seu encontro pedir que o imperador adotasse medidas para inibir a invasão dos seus aldeamentos. Atendendo a esse pedido, D. Pedro II teria doado duas sesmarias aos índios, a Sesmaria de São Miguel da Baía da Traição e a de Nossa Senhora dos Prazeres de Monte-Mór. O responsável pela demarcação das terras foi o Engenheiro Antonio Gonçalves da Justa Araújo. Ele concluiu etapa da tarefa em Monte-Mór em 1867, quando após demarcar, dividiu e distribuiu 150 lotes de terra aos índios. Em suas anotações encontram-se descrições geográficas da região incluindo os nomes de povoados como Marcação e Três Rios.

---

17 **Ybyrápitanga.** Ybyrá (árvore) + pytanga (avermelhado). O Brasil deve seu nome a essa árvore.

18 **Tabajaras.** Taba (aldeia) = ïara (senhor). Senhor da aldeia. Nome de outra etnia indígena tupi-guarani do litoral do nordeste do Brasil.

Em 1917, período marcado pelo coronelismo, Frederico Lundgren passou a comprar e a usurpar as terras ocupadas pelos indígenas para realizar seu projeto de construção da Companhia de Tecidos Rio Tinto – CTRT, que foi inaugurada em 1924. Ainda hoje podemos observar a dimensão do poder exercido pelo Coronel Frederico Lundgren, sua imagem permanece petrificada no centro da cidade de Rio Tinto, sua memória está também presente na memória dos Potiguara que sofreram com os abusos cometidos por ele e seus capangas. De acordo com Marques:

Alguns indígenas chegaram a desaparecer, outros foram silenciados. Entre os Potiguara, as denominações “sargento” e “capangas” são utilizadas para referenciar os vigias e para demonstrar o medo que ainda hoje é guardado como más lembranças do tempo da “moro-sa”. Nesse tempo, os indígenas não podiam se reconhecer como tal, caso algum quisesse se rebelar era duramente castigado pelos capangas do Frederico. Tempos de medo, de “assombração”, de silêncio e de usurpação das terras tradicionais (Marques, 2009. p.117).

Na aldeia Três Rios foi plantado eucalipto para abastecer a fábrica, e com a falência da companhia em meados dos anos de 1980, as terras expropriadas dos índios foram vendidas aos usineiros e plantadores de cana-de-açúcar, tornando a região “um imenso mar de cana”. Simultaneamente, os Potiguara lutavam na justiça pela regulamentação de suas terras, e em 04 de agosto de 2003, índios de várias aldeias fizeram a retomada da Aldeia Três Rios.

# FERRAMENTAS DE LUTA CONTRA A POBREZA

## a. O fortalecimento das práticas culturais

A resistência cultural foi uma ferramenta importante no processo de retomada, pois a etnicidade diferenciada presente na cultura Potiguara era a força motriz que impulsionava todos os participantes da luta. Por causa da cultura, os índios contaram com apoio dos aliados e a força dos ancestrais invocados durante os rituais do Toré. Segundo Barcellos (2014):

Durante a retomada, todo dia era dançado o Toré. Foi difícil de se conseguir o alimento material, porém o espiritual, corporificado no Toré, era a fonte que sustentava a luta, aquecia o frio, fortalecia os fracos, unia e reunia os índios das várias aldeias e transformou-se em oxigênio vital por ocasião de tiros disparados na noite pelos capangas da usina numa tentativa de amedrontar e espalhar o grupo. O centro do acampamento tornou-se foco de resistência, tendo o Toré como símbolo de etnicidade, de fortaleza, de partilha e de referencial sagrado de um povo que tem na espiritualidade o combustível para lutar por seus direitos e evidenciar a vida (2014 p.79).

Unidos novamente à terra de seus ancestrais, os potiguaras de Três Rios passaram viver em uma nova comunidade, com espaço para construir suas casas, realizar seus rituais, repassar conhecimentos, plantar suas roças, cuidar dos rios construindo projetos e realizando sonhos.

## b. O trabalho

Os Potiguara demonstram ser um povo muito trabalhador. Além da agricultura e da pesca, os indígenas vêm ocupando cada vez mais espaços, diversificando assim suas fontes econômicas. Hoje, em Três

Rios, encontram-se além de outros profissionais, professores, gestores, secretários, enfermeiros, merendeiras, motoristas e agentes de saúde, muitos deles trabalham na própria aldeia, fato que fortalece a economia local e aumenta a autonomia da comunidade.

### **c. A articulação política e a participação nos movimentos sociais**

O contexto político influencia nos avanços e retrocessos das políticas públicas que afetam a sociedade. Com o fim da ditadura militar, e a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, os indígenas passaram a ter direitos constitucionais. Entretanto, fazer com que a lei seja cumprida não é algo fácil, em muitos casos é necessário lutar e unir forças através de articulações políticas e sociais, algo que os Potiguara sempre fizeram bem.

Internamente participam de conselhos de liderança, conselhos de saúde, associação de mulheres indígenas, associação de jovens indígenas, organização de professores, associação de artesãos, entre outros. Externamente contam com o apoio de importantes instituições, como a FUNAI, o Ministério Público Federal, o Conselho Estadual de Direitos Humanos, o CIMI – Conselho Indigenista Missionário e a UFPB. Participam também de organizações regionais e nacionais: a APOINME - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES; e a APIB: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

### **d. A Educação como elemento de formação de uma cidadania plena**

A educação tem demonstrado ser uma das principais ferramentas de resistência contra a dominação e a pobreza, e os Potiguara tem aproveitado bem as oportunidades oferecidas pelos governos federal, estadual e municipal. Nas últimas duas décadas aumentou o acesso à educação para os Potiguara por causa da construção de escolas indígenas dentro das próprias aldeias. Em Três Rios a população que vive próxima à aldeia, inclusive não indígenas, contam com o funcionamento da Escola Estadual Índio Pedro Máximo de Lima. Nela é oferecido um currículo

pedagógico diferenciado, com conteúdos adaptados a realidade indígena, buscando conciliar os diferentes tipos de saberes. Os alunos dispõem de disciplinas específicas de Ethnohistória, Arte e Cultura e Tupi Antigo. Segundo Linhart (2017):

O projeto de pesquisa elaborado pelo Coletivo de Pesquisa pela Valorização dos Saberes Potiguara visa consolidar o conhecimento auto-etnográfico do povo Potiguara e construir métodos de integração dos saberes Potiguara e do saber chamado científico, para um reconhecimento pleno das culturas indígenas enquanto sistemas de saber. Deste modo, espera-se contribuir com o trabalho na área da educação indígena para dar continuidade nas futuras gerações e trazer efeitos positivos em relação à valorização dos conhecimentos indígenas, e conseqüentemente, fortalecer as reivindicações políticas do Povo Potiguara. (in UMA DÉCADA, 2017, p.105-106)

Com mais acesso a educação, os Potiguara têm criado condições para se tornar cada vez mais protagonistas do próprio destino, sabendo tomar atitudes corretas, fazendo escolhas certas que favorecem seu bem-estar no presente e no futuro. Sempre agindo como verdadeiros guerreiros, os Potiguara jamais se rendem aos desmandos do governo e encontram sempre um caminho para seguir avançando em direção a uma Terra Sem Males.

## CONSIDERAÇÕES

Através deste estudo podemos afirmar que a comunidade escolar da aldeia Três Rios é uma comunidade carente, apresenta desigualdade socioeconômica dentro da própria comunidade, resultado do processo histórico, do capitalismo e da falta de oportunidades. Em Três Rios ainda pode ser observada muita pobreza e desigualdade, pois existem muitos pais e mães de família que tem dificuldade para conseguir o alimento

diário para seus filhos, e a situação só não é pior por causa dos programas sociais de combate à pobreza do governo, principalmente o Bolsa-Família, do qual muitos potiguara participam, o que nos faz concluir que mesmo tendo a posse de seu território, os índigenas continuam enfrentando os efeitos cruéis do processo histórico, resultado de séculos de abandono e descaso, e sujeitos à vários tipos de exploração econômica.

A Retomada da aldeia Três Rios e a demarcação da Terra Indígena de Monte-Mór representam os maiores avanços dos Potiguara nos últimos 20 anos, porém, continuam lutando pela homologação do território. Lutam também contra todo tipo de retrocesso nas políticas públicas, defendem seus direitos porque foram conquistados com o sangue dos seus parentes. Os Potiguara de Três Rios permanecem resistindo contra a pobreza e têm perspectivas de amenizar seus problemas através da educação. Vivem numa constante luta em defesa de seus direitos, e através da cultura conseguem manter-se etnicamente diferenciados, criando estratégias para que um dia possam viver finalmente em uma Terra Sem Males.

Após observar a situação sócio-econômica da comunidade, associada à sua trajetória histórica, podemos compreender melhor seus discursos. Entendemos por que os discursos Potiguara são tão carregados de experiência, pois transcendem ao próprio indivíduo alcançando as dimensões do coletivo. Por que seus discursos parecem que transcendem o tempo, pois refletem o processo de resistência de geração em geração. Por que seus discursos transcendem também o espaço, pois para eles o universo é seu território.

A Terra sem Males para os Potigûara será sempre sua própria Terra. Concluo este trabalho repetindo a fala de um sábio Potigura:

“Asé o ‘ar, asé oïkobé, asé omanõ, îandé anama-te oïkobé kó ybye aûiéramanhẽ”.

A gente nasce, a gente vive, a gente morre, mas nosso povo viverá nesta terra para sempre.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro (orgs.). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. (Série Experiências Indígenas, n2.) 107p. Ilust.
- CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- NASCIMENTO. José Mateus **Etnoeducação potiguara: pedagogia da existência e das tradições/** (org). 2. ed. João Pessoa: Ideia, 2017.
- EVREUX, Ives D', **Viagem ao Norte do Brasil** (Tradução de César Augusto Marques). Rio de Janeiro, 1929.
- LERY, Jean de. **Histoire d'un Voyage Faict en la Terre du Brésil, 1578 e 1580**.
- MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguara da aldeia Três Rios/** Amanda Marques – João Pessoa, 2009
- MOONEN, F. & MAIA, L.M. **Etnohistória dos Índios Potiguara: ensaios, relatórios e documentos**. João Pessoa: PR/PB-SEC/PB, 1992.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- NAVARRO, E. A. **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo. Global. 2013.
- NAVARRO, E. A. **Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos**. Terceira edição revista e aperfeiçoada. São Paulo. Global. 2005
- NAVARRO, Eduardo de Almenida. **A terra sem mal, o paraíso tupi-guarani**. Rio de Janeiro: Cultura Vozes – n°2, março-abril 1995.
- NEVES, Walter Alves; BERNARDO, Danilo Vicensotto; OKUMURA, Mercedes; ALMEIDA, Tatiana Ferreira de; STRAUSS, André Menezes. **Origem e dispersão dos Tupiguarani: o que diz a morfologia craniana?** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 95-122, jan.abr. 2011.
- OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Diga ao Povo que avance! Movimento Indígena no Nordeste**. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.
- PAULO FREIRE; Sérgio Guimarães. **Aprendendo com a própria história**. Editora Paz e Terra; 2000.
- BARCELLOS, Lusival. **Práticas educativo-religiosa dos Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014 384p. il.
- Reflexões sobre a pobreza** [Recurso eletrônico on-line]: concepções, enfrentamentos e contradições / Adir Valdemar Garcia ... [et al.] (organizadores). – 1. ed. –

Florianópolis : NUP/CED/UFSC, 2017. 295 p. : il. – (Educação, Pobreza e Desigualdade Social; V.1)

THEVET. André, La Cosmographie Universelle. Pierre l’Huillier, Paris, 1575, tomo 11.

**Singularidades da França Antártica.** Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1944.

BATISTA ET AL, Aline Cleide (orgs.). **Uma década de expansão universitária:** estudos sobre o vale de Mamanguape. JOÃO Pessoa: Editora do CCTA, 2017. (volume II).

# POBREZA, DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCAÇÃO

JOSILANE MÁRCIA JUSTINIANO DA SILVA  
josilanemjl@hotmail.com

KILMA CUNHA BARROS  
kilmabarros67@gmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA  
cel.teix54@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição, a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Desde a promulgação dessa Lei até os dias atuais, percebe-se que os estados têm se esforçado para garantir a oferta da educação para todos. Mas será que o acesso à escola garante a mudança de vida dos cidadãos? Será que os conteúdos escolares têm levado em consideração as peculiaridades do público que se enquadra como pobre? Essas são algumas das questões que serão discutidas neste trabalho. As relações entre a educação, a pobreza e as desigualdades sociais apenas serão bem abordadas quando se reconhecer que as duas últimas existem, conforme discutido por Arroyo (2018). Sabe-se que, desde o início, a educação era um direito de poucos. Mesmo assim, havia já uma diferença de tratamento entre ricos e pobres. Enquanto aqueles eram preparados para exercerem os ofícios intelectuais, estes, os pobres, eram preparados para os cargos braçais.

Com o decorrer dos anos, a educação passou por mudanças, até chegar ao que temos hoje: uma quase universalização da oferta do ensino. Porém nos deparamos com tremendas desigualdades sociais.

Por mais que a população de “massa” tenha oportunidades para frequentar as escolas, ainda há algo que precisa ser mudado para que essa população consiga obter êxito nos estudos. A qualidade. Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo discutir as relações entre educação, pobreza e desigualdade sociais. O primeiro passo é discutir que a educação está aberta para todos. Depois, observar que a pobreza ainda é um grande empecilho para que as camadas populares consigam melhorar de vida através dos estudos, pois apenas a oferta da educação não garante o aprendizado eficaz, não garante a mudança de vida das pessoas, principalmente por termos uma escola excludente, que parte de uma suposta homogeneização dos indivíduos e que desconsidera a qualidade do ensino. Ou seja, é como se todos tivessem que aprender com os mesmos métodos, os mesmos conteúdos, sem se considerar as especificidades de cada um.

Nesse contexto, surge a contradição encontrada nas escolas públicas “A suposta universalidade chega apenas até a porta da escola, visto que, internamente, há forte segregação e discriminação dos sujeitos que não se encaixam no perfil de cidadão construído historicamente pela modernidade” (LEITE, 2018).

Quanto ao direito à educação, a LDB foi aprovada e está conseguindo atingir os efeitos almejados, pois a grande maioria da população tem acesso à escola, regular ou na modalidade EJA. A modalidade EJA, serve para quem não teve acesso no tempo adequado. Ou seja, há escolas que suportam a quantidade de alunos na Educação Básica. Porém, o currículo ainda é padronizado precisa ser modificado para abranger a diversidade de pessoas que frequentam essas escolas. Um grande passo vem sendo dado em âmbito nacional, considerando que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está sendo discutida e concluída para ser aplicada nacionalmente. Toda escola precisa ter uma base comum curricular, mas também tem direito à parte diversificada, para atender às necessidades locais dos discentes. As pessoas pobres vão para a escola, mas sua condição enquanto tal não é levada em consideração nas salas de aula, que muitas vezes seguem um livro didático

que é altamente seletivo e, frequentemente, ajuda a manter a segregação, tornando as desigualdades sociais cada vez mais marcantes.

Quando vamos para as escolas localizadas no campo, verificamos que a situação fica ainda mais crítica. Os pais mandam os filhos para a escola com o intuito de que eles mudem de vida no futuro, mas a realidade que seus filhos encontram é outra. Neste contexto constatamos que as pessoas do campo têm uma educação precária, que dificilmente mudará suas vidas. E com isso podemos afirmar que esse modelo de educação mantém as desigualdades sociais.

Os educadores necessitam ter em mente que o público com o qual trabalha precisa de um olhar diferenciado. É através da educação que essas pessoas podem melhorar de vida, diminuir a situação de pobreza na qual vivem e, conseqüentemente, diminuir as desigualdades sociais. A pobreza não é apenas uma questão de valores, mas de falta de recursos, de oportunidades, até mesmo de alimento. Repensar a escola diante da pobreza torna-se uma questão urgente, pois o sistema reconhece que a pobreza existe, mas é de interesse dos governantes manterem as pessoas na pobreza. Contudo, se persistir e encontrar alguma oportunidade elas podem mudar de vida.

## CONSIDERAÇÕES

Diante do que foi apresentado, vimos que a relação entre a educação, pobreza e desigualdade social é complexa. Após a leitura dos textos apresentados durante a vivência no Curso Educação Pobreza e Desigualdades Sociais, dos vídeos apresentados, da nossa própria vivência em sala de aula, fica evidente a necessidade de mudanças. Não apenas em âmbito governamental, mas a mudança pode começar em nós educadores. Se tivermos um olhar diferenciado para o público com o qual trabalhamos, se desenvolvermos discussões de cunho crítico nos ambientes escolares e planejarmos a educação levando em consideração suas necessidades, estaremos dando o primeiro passo para algumas mudanças. E isso já vem ocorrendo paulatinamente.

Se, com toda dificuldade que tive, consegui sair da situação de pobreza na qual me encontrava, através das oportunidades advindas da educação, acredito que outras pessoas também conseguirão. Infelizmente, a maioria da população pobre não tem acesso a uma educação superior, por múltiplos motivos, e com isso, não consegue um bom trabalho, que supra suas necessidades.

Na minha atuação na escola, sempre procuro dar o meu melhor para ajudar meus alunos a prosseguirem com seus estudos. Tento conscientizá-los da importância da educação, contando minha própria história. Muitos procuram a escola, mas não têm muitas esperanças de melhorar de vida. Trabalho com turmas de EJA, formadas por pessoas que estão fora da faixa etária para estarem em turmas regulares. Os desafios são imensos, pois eles próprios estão descreditados. Lidamos com jovens e até idosos numa mesma sala de aula, mas a realidade deles não é muito distinta: são pessoas excluídas socialmente, nos mais diversos aspectos. Destacamos que até nas cidades a situação das escolas públicas é ruim, as escolas precisam de reformas e materiais, e no campo mais ainda. No período da noite, os alunos sofrem com a falta de iluminação. Nem lâmpadas, que o custo é bem menor, são enviadas para as escolas. São várias as cobranças para os docentes, mas o fracasso dos alunos é decorrente para além dos professores, envolvendo inclusive a ausência de iluminação e outros fatores. Mudanças são urgentemente necessárias, tanto no aspecto da infraestrutura dos prédios, como nos currículos e na maneira como cada gestor, docente e demais envolvidos no processo educativo fazem para a educação acontecer.

Por fim, saliento que o trabalho dos educadores é fundamental para que as sementes sejam plantadas e futuramente a classe pobre possa ter consciência do quanto é importante a educação para a superação das desigualdades e injustiças sociais. Que uma educação questionadora se faz necessária.

## REREFÊNCIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Escolar: espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza.** MEC, Distrito Federal, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: < [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html/Constituiode1988.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/Constituiode1988.pdf)> Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf) Acesso em: 29 jun. 2018.

# ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NO CRAS EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DA PARAIBA

LIVIA MARIA RAMOS BARACHO  
liviaramos.207@gmail.com

ROSILENE SILVA DE MOURAES  
rosilene.mouraes@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS  
francym@terra.com.br

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a Atuação do Psicólogo no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS no enfrentamento da vulnerabilidade social, em um município do interior da Paraíba, evidenciando a importância do profissional de Psicologia juntamente com a equipe do CRAS, para o fortalecimento dos vínculos. O instrumento utilizado para essa composição foi a pesquisa bibliográfica, para identificar e mostrar no decorrer do trabalho a atuação do psicólogo frente as situações de vulnerabilidades sociais, respeitando a subjetividade dos usuários e trabalhando a problematização dentro da desigualdade social, com ações interdisciplinar visando o indivíduo e sua correlação com seu meio. Por fim, foi possível afirmar a imprescindível importância

do trabalho do psicólogo no CRAS, como agente e desenvolvedor de ações na busca por uma sociedade mais humana e igualitária.

Com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, foi implantada uma política social de assistencialismo, no Brasil. Em 2006, surgiram os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), visando à implantação de serviços de proteção básica com a intenção de minimizar as desigualdades sociais, mas foi a partir das discussões de outros profissionais vinculados na Assistência Social que as práticas tidas como “caridade”, transformaram-se em políticas públicas. Essas políticas têm como objetivo implantar ações voltadas às famílias, às comunidades e aos indivíduos que estejam à margem da sociedade em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, o Psicólogo foi introduzido no serviço social, a partir de 2006. Surgiu, dessa forma, um novo cenário, com novos desafios para a Psicologia, que até então era conhecida como a ciência das elites. Iniciou-se, assim, um trabalho em parceria com a Assistência Social, como um instrumento a mais no trabalho social e comunitário.

A participação do Psicólogo nas equipes dos CRAS em sido justificadas pela necessidade de atendimentos multidisciplinares voltados para o usuário com uma perspectiva do sujeito com o social. O trabalho no CRAS é realizado por meio de serviços burocráticos, visitas domiciliares e atendimentos descontínuos. Dessa forma, a intervenção psicológica se baseia em práticas grupais e se torna importante para o desenvolvimento da consciência, no qual o componente do grupo se encontra no outro.

Ficará claro, portanto, a importância do psicólogo no CRAS com o objetivo de promover vínculos sócio afetivos, assim fortalecendo nos usuários sua autonomia como cidadão, ficando evidente que o Psicólogo trabalha no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) com a finalidade básica entre o sujeito de direito e o sujeito dos vínculos. Cabe ao psicólogo estudar e identificar os problemas que afetam não só o sujeito de direito e sim a sociedade como um todo, promovendo e fortalecendo os vínculos do eu com o todo através de acompanhamento, terapias e ajudas em momentos difíceis. Além disso, esse profissional

atua no combate às desigualdades sociais, na promoção de políticas de prevenção, com o objetivo principal de promover a uma vida mais digna e igualitária, onde se tenha uma boa convivência social.

## **INDIVÍDUO E SOCIEDADE: RELAÇÕES SOCIAIS**

Todas as relações humanas do indivíduo, sujeito social, são vistas pela Psicologia Social, que estuda essa correlação. Lane (1985, p. 98) afirma que a interação de indivíduo e sociedade é estudada historicamente pela Psicologia Social, desde o princípio de como se organizam até seus costumes e valores, enfatizando que tudo isso são características de uma determinada sociedade, e são essenciais para a sua continuidade.

Com o intuito de agregar valores, as duas ciências - Sociologia e Psicologia - trabalham juntas, mas com viés e olhares diferenciados. Ambas procuram identificar e entender a influência do eu no social, com a finalidade de compreender os “como” e “porquês” dos comportamentos sociais. Para Conte (1830, p. 32), a Psicologia usada no social seria subproduto da Sociologia e da Moral, sendo ela encarregada em dizer como o indivíduo poderia ser causa e consequência de uma sociedade.

O estudo do comportamento social é importante para se compreender a própria sociedade, além de estudar e entender como se dá o processo do conhecimento de como as pessoas pensam, influenciam e se relacionam, atuar na compreensão do impacto e no combate às desigualdades sociais, contribuindo para a transformação da sociedade com base no mundo interno das relações, entendendo que o ser social é o homem, e assim, analisando as relações entre indivíduos (interações), as relações entre categorias ou grupos sociais (relações intergrupais) e as relações entre o simbólico e a cognição (representações sociais).

## **CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS**

Na Assistência Social, são desenvolvidas diversas políticas com o propósito de criar ações para garantir o direito à cidadania, e dentre essas está o CRAS com a organização dos trabalhos, das atividades de assistencialismo, introduzindo as famílias aos serviços, bem como encaminhando-os, direcionando a outros serviços se assim for necessário, com o objetivo de preservar os indivíduos, grupos ou famílias que tenham sua cidadania violada, sua dignidade.

Gomes (2007, p. 48) declara que a gestão municipal da Assistência Social é responsável pela orientação e organização de um mapa para definição da rede sócio assistencial do município, uma vez que após esse mapeamento serão direcionadas ações para cada problematização específica de cada comunidade, essas políticas são usadas como instrumento para amenizar a exclusão social, os *déficits* que se tenham nessas famílias, grupos ou indivíduos. No CRAS a população encontra diversos programas de assistencialismo no combate a vulnerabilidade social, são eles o Políticas de ações com às Famílias, Inclusão produtiva, Ações de Combate à Pobreza, Centro para Idosos, Atividades socioeducativas para os grupos sociais, Fortalecimento de vínculos, Centro de Informações e Ações de Educação para Jovens e Adultos.

### **O PSICÓLOGO NO SERVIÇO SOCIAL: ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL**

O psicólogo no trabalho da Assistência Social deve estar associado a um atendimento psicossocial entre o sujeito de direito e seus vínculos, com um atendimento individual ou até mesmo coletivo visando o reconhecimento de problema e da conscientização, com o intuito de diminuir ou até erradicar essa problematização, Campos (1998, p. 12) “[...] o profissional em Psicologia deve trabalhar com o sujeito inserido

em sua vivência, para, assim, conscientizá-los que ele é um agente ativo de sua própria história”.

Segundo Zaith (2012), ele afirma que para proteger os indivíduos dos riscos relacionados a uma má qualidade de vida, onde eles já se encontram em situações de vulnerabilidade, passa a ser considerado o local que torna o trabalho do Psicólogo Social adequado para seu objeto de estudo: a comunidade. Por isso é importante que estudos sejam feitos sobre as práticas envolvidas nessas unidades. Na busca pelo entendimento de como é a interação e a correlação do homem nas relações sociais, “[...] é preciso se construir um mapeamento dos valores de cada grupo social, para se entender as suas visões e expectativas diante da sociedade a que pertence, primeiramente estudar os significados dos códigos culturais porque são eles que determinam como se vive naquela sociedade” (OLIVEIRA; WERBA, 2002, p.108). Aos psicólogos sociais cabe auxiliar e contribuir com os usuários do CRAS, estabelecendo prioridades para pôr em práticas os programas direcionados aos cidadãos e o plano de ação. Tudo isso visando um melhor levantamento da problematização, respeitando sempre a burocracia da própria Assistência Social.

Após os levantamentos surge a execução do plano de ação com metas claras e reais. A parte prática do projeto deve ser trabalhada em grupos. Nos encontros desses grupos, o psicólogo utiliza de suas teorias para lhe dar suporte, priorizando a individualidade de cada indivíduo, com a finalidade de buscar vínculos saudáveis, ou seja, a capacidade de se colocar no lugar do outro nas relações interpessoais. O profissional em Psicologia trabalha com um grupo de pessoas formado por vários profissionais de diversas áreas para que, em conjunto, façam um trabalho multidisciplinar, pensando nos indivíduos e em toda a sua comunidade, com o objetivo de desenvolver ações interdisciplinares envolvendo usuário, família e sociedade.

Considerando as diferenças sociais e culturais entre as famílias e seus sujeitos, é necessário construir uma abordagem que, partindo dos mesmos princípios éticos, seja capaz de propor soluções apropriadas para as

diferentes situações vividas. Pensar no atendimento às famílias, nessa perspectiva, implica em construir um trabalho, que promova, com elas e para elas, a inclusão social, o empoderamento, o fortalecimento dos vínculos, a mobilização da comunidade, a construção de sentidos e projetos de vida (AFONSO, 2006, p.173).

Atualmente, é preciso que o profissional rompa a barreira para alcançar, no meio social, um serviço público integral, igualitário e universal, objetivando a prevenção e a promoção da qualidade de vida dos usuários com uma política voltada a promover e fortalecer os laços sócios afetivos e promover a autonomia e os direitos de cidadão.

## **O PSICÓLOGO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO**

Realizei minha visita no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, em um município do interior da Paraíba, que tem um trabalho voltado para a implantação de serviços de proteção básica com a intenção de minimizar as desigualdades sociais, mas foi a parti das discussões de outros profissionais vinculados na Assistência Social que as práticas tidas como caridade, se transformou em política pública, com o objetivo de implantar ações voltadas para família, grupos, comunidades e indivíduos que estejam à margem da sociedade em situação de vulnerabilidade, tentando promover o fortalecimento de vínculos sócio afetivos. Segundo Trindade e Teixeira (1998), a inclusão do psicólogo na atenção primária, é importante ponto de partida para o desenvolvimento das comunidades, é através do convívio sujeito e grupos sociais que se constrói sua autonomia, tornando para eles uma sociedade mais digna.

O trabalho no CRAS é realizado por serviços burocráticos, visitas domiciliares, atendimento descontínuos, e tem ainda as dificuldades em obter recursos, verbas e intervenções em local que convocam os

psicólogos para fora do seu espaço tradicional. Dessa forma, o objetivo se baseia em práticas grupais e essas intervenções se tornam importantes para o desenvolvimento da consciência, no qual o componente do grupo se encontra no outro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social está voltado para a transformação social com o objetivo de diminuir problemas individuais, familiares e a exclusão social. O profissional é de fundamental importância dentro das políticas sociais, é um agente ativo, facilitando e desenvolvendo um trabalho interdisciplinar com o intuito de envolver os usuários em uma política de qualidade, visando o indivíduo e o seu meio, nessa relação onde o mais vulnerável se torna vítima de uma sociedade individualista.

O psicólogo deve oferecer, em seu espaço de trabalho, um lugar agradável, um espaço acolhedor, de escuta para que as pessoas que necessitem de atendimento se sintam acolhidos e, assim, o profissional tenha suporte para elaboração e desenvolvimento das atividades, trazendo para toda sociedade uma linha de reflexão crítica com o indivíduo e o coletivo, para se ter uma sociedade mais humana e mais igualitária. Algumas ações de política pública muitas vezes utilizam como objeto o indivíduo, como objeto de programas sociais em uma ação de marketing governamental. Atualmente vivemos em uma sociedade capitalista onde a desigualdade social é uma reação dessa má ação. Um dos principais objetivos do CRAS é a liberdade em comunhão com a responsabilidade, dando condições para a autonomia. Dessa forma, é preciso uma reeducação, uma política pensada para o desenvolvimento da autonomia dos cidadãos, para se ter uma vida digna em uma sociedade justa.

Sabe-se que não será uma ajuda de custo mensalmente que irá transformar realidades, mas sim o reconhecimento dos problemas para desenvolver ações, levando em consideração a complexidade de se trabalhar o indivíduo como sujeito e como agente transformador de

sua própria realidade, na busca por um paradigma de sociedade. Nesse contexto, o trabalho do profissional de Psicologia é parte integrante desse processo de inclusão junto com outros profissionais da assistência Social, onde ambos trabalham para a autonomia e independência de seus usuários.

Foi de suma importância abordar essa temática e ir à busca de conhecimento abordando pontos tão essenciais como atuação do Psicólogo no Centro de Referências da Assistência Social no enfrentamento da Vulnerabilidade social, com políticas públicas direcionadas para as melhorias de vida de seus usuários, essas experiências foi para mim de caráter reflexivo ao qual me posicionei como agente transformador frente aos desafios propostos que surgem a cada dia. Devido as minhas experiências na área da Educação e agora na Assistência Social observei o quanto é importante o trabalho entre profissionais possibilitando assim uma interdisciplinaridade com uma finalidade em comum que é o combate a Vulnerabilidade Social.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia M. **Uma abordagem Psicossocial**. Belo Horizonte: NUPASS, 2006.

CAMPOS, R. F. **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GOMES, A. L. **Experiências de CRAS na Assistência Social como política pública: Um lugar de (re)fazer história**. 2. ed. Brasília: MDS, 2007. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/publicacoes>. Acesso em 16 de outubro de 2017

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

OLIVEIRA, F. O. E. Werba, G. C. **Representações Sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRINDADE, I, E TEXEIRA, J. A. C. **Intervenção psicológica em centro e saúde: análise Psicológica**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ZAITH, Michele Cristina. **Os principais desafios enfrentados pelos psicólogos no CRAS**. Disponível em: <http://www.psicologis.pt/>. Visto em 03 de novembro de 2017.

# A COMUNIDADE ESCOLAR E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA REFLEXÃO SOBRE SEUS IMPACTOS

IARA CARMEN DE SOUZA OLIVEIRA  
iara\_carmen@hotmail.com

ROSILENE SILVA DE MOURAES  
rosilene.mouraes@gmail.com

FRANCYMARA ANTONINO N. DE ASSIS  
francym@terra.com.br

## INTRODUÇÃO

A pobreza e as desigualdades sociais parecem atormentar as populações. Os pobres são sempre os sem, sem-terra, sem-casa, sem-trabalho, sem-renda, sem-educação, sem-saúde, sem-lazer, cujas famílias se encontram nos limites da vida e sobrevivida. Assim, a pobreza deve ser reconhecida como uma questão sócio-política, como um problema de Estado e que passa a exigir políticas de Estado capazes de alterar essa realidade. Sob a ótica de Arroyo:

[...] esses coletivos exigem a politização do olhar das escolas, das políticas educacionais e da cultura docente para avançar no reconhecimento de que os milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas condicionados pela pobreza extrema são vitimados pelo padrão de poder que se perpetua em nossas sociedades (2018. p. 17).

Neste sentido, sabendo que a pobreza impacta diretamente a escola e a dinâmica da educação, numa tentativa ainda frustrada de incentivar todas as crianças a completarem 8 anos de escolaridade, o Governo Federal brasileiro lançou, em 2001, o programa Bolsa Escola. Glewwe e Kassouf (2008) explicam que o Programa foi rebatizado em 2004 como Bolsa Família e concede benefícios para famílias em situação de pobreza que tenham crianças de até 15 anos de idade, com a condição de que estejam matriculadas na escola. Vários estudos têm mostrado que este programa aumentou o número de indivíduos matriculados, reduzindo o trabalho infantil, melhorando o estado nutricional, de saúde, educação e diminuiu a desigualdade de renda.

A partir dessa problematização exposta, o presente trabalho objetiva refletir sobre os impactos do Programa Bolsa Família na comunidade escolar. Para isto, foi estudada a realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental Rodrigues de Carvalho, em Araçagi-PB, a fim de ilustrar as reflexões e levantar dados. Os teóricos utilizados para embasar o estudo foram: Abras e Sá (2016); Aguiar e Araújo (2002); Arroyo (2018); Glewwe e kassouf (2008); Kill (2014); Nascimento (2015); Schwartzman (2009).

## **REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA COMUNIDADE ESCOLAR**

A falta de acesso de crianças e adolescentes à escola e/ou a evasão escolar ferem a Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), no que afirma seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à

liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Obedecendo e seguindo os preceitos humanizadores de várias leis, projetos e o próprio respeito aos direitos inerentes ao ser humano, o PBF foi criado, segundo Kill (2014, p. 9-10) “[...] para garantir não apenas o direito de todas as crianças à Educação, mas sua permanência na escola para que tenham um futuro melhor, rompendo com o ciclo da pobreza que no passado, marcou gerações de famílias”.

A preocupação central para a criação desse benefício, como aponta Abras e Sá (2016), foi o trabalho infantil que gera um ciclo vicioso, pois a criança que pertence a uma família de extrema pobreza, ao invés de estar na escola, é submetida ao trabalho para ajudar seus pais, crescendo sem acesso ao ambiente escolar, ou seja, aos conhecimentos necessários para garantir um futuro melhor. Assim sendo, permanece na situação de pobreza, sem perspectiva de melhorias em sua vida e de sua família.

No entanto, esta pobreza explicitada ainda vem atormentando milhões de famílias e o acesso à educação, ou até mesmo a permanência de crianças e adolescentes pobres na escola não estão dentro dos padrões esperados, pois o próprio ambiente escolar, muitas vezes, é palco para as desigualdades sociais.

De acordo com Schwartzman (2009), programas como o Bolsa Família não deveriam deter condicionalidades, deveriam apenas assegurar a transferência de renda àqueles que estão em situação de pobreza, uma vez que este programa não está associado a uma política educacional de aperfeiçoamento da qualidade de ensino. Defende ainda que se resolvidos os problemas da educação, como a má qualidade das escolas públicas, os problemas de recrutamento e formação de professores, a ignorância em relação aos métodos de ensino mais apropriados, naturalmente haverá maior busca pela escola.

Em contrapartida, há aqueles que acreditam na possibilidade de melhoria de vida através das condicionalidades do programa, como a frequência e a permanência nas escolas, que a longo prazo colaborariam

para interromper a pobreza intergeracional, como afirma Aguiar e Araújo (2002):

Os beneficiários são crianças de famílias muito pobres, que se evadiriam do sistema escolar sem a bolsa mensal, mantendo a mesma baixa escolaridade dos pais e, conseqüentemente, no futuro ingressando no mercado de trabalho, na melhor das hipóteses, nas mesmas condições da maioria de suas famílias. A lógica é elevar o grau de escolaridade das crianças para aumentar e mesmo equilibrar as oportunidades (2002, p. 35).

Desta maneira, a ideia principal estaria em usufruir da educação para amenizar, ou até mesmo extinguir, a vulnerabilidade que atinge grande parte da população brasileira. No entanto, o Programa Bolsa Família em si, não tem funcionado como motivador para uma educação prazerosa e sólida, apenas para a garantia do benefício e sustento das famílias.

Porém, é inegável que existe uma desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil, que se dá entre crianças de famílias pobres e crianças de famílias ricas. A preocupação central deveria ser a criança, pois ela se encontra na idade em que realiza grande parte de suas descobertas e onde constrói sua maneira de perceber o mundo em que vive.

## **ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA BF DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL RODRIGUES DE CARVALHO – ARAÇAGI/PB**

Tomando como objeto de estudo a realidade dos discentes da E. E. F. Rodrigues de Carvalho, da cidade de Araçagi-PB, especificamente do Ensino Fundamental II, foi observado primeiramente as características que formam o perfil socioeconômico destes, que são oriundos de coletivos pobres, carentes nos aspectos financeiros, afetivos, alimentares,

materiais e de educação básica familiar. Percebeu-se que até o ano de 2017 aproximadamente 75% da comunidade escolar é beneficiária do Programa Bolsa Família, que é o único tipo de programa presente na Instituição que atende as necessidades essenciais de sobrevivência da população de baixa renda. O Programa gera grande debate, pois condiciona o benefício à frequência. Alguns alunos frequentam a Instituição de Ensino com intuito apenas de assegurar o benefício, permanecendo nas dependências da Escola, porém, sem interesse na assimilação dos conteúdos programáticos.



*Alunos nas dependências da E. E. E. F. Rodrigues de Carvalho.  
Fonte: Acervo da Pesquisadora. 2018.*



*Alunos em atividade extra-classe.  
Fonte: Acervo da Pesquisadora. 2018.*

Mudanças na condição de vida dos sujeitos incluídos no Programa também foram constatadas e leva o corpo docente refletir sobre elas, pois são de caráter meramente financeiro, ou seja, o valor recebido é

o fator relevante na família a fim de investir nas necessidades básicas dos membros. No entanto, na busca de práticas exitosas é que o aluno passa a ser o centro dos objetivos traçados pela Escola, priorizando as particularidades de sua história de vida, seus conhecimentos e experiências de mundo para, então, introduzi-los no mundo dos conhecimentos escolares.

Por fim, os núcleos familiares de renda baixa, beneficiados pelo Programa do Governo Federal interpretam de forma errônea a finalidade deste, ou seja, não há estímulo para que o educando esteja na Escola por prazer, desejo de crescer e mudar a própria realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi refletir sobre os impactos do Programa Bolsa Família sobre a comunidade escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Rodrigues de Carvalho, em Araçagi-PB. O Programa Bolsa Família é um programa de distribuição de renda que tem, dentre os critérios, a exigência da manutenção dos filhos de famílias carentes na escola por parte dos beneficiários. Daí se estabelece a sua relação com a educação.

As observações apresentadas neste trabalho, realizadas pela análise documental dos registros da escola, confirma que, pelo fato do programa possuir como uma das condicionalidades a manutenção das crianças na escola, o mesmo contribui para aumentar o número de matrícula, a frequência e a permanência do discente no ambiente escolar, constituindo-se assim como um fator de redução da evasão.

Os resultados obtidos em relação aos impactos do programa sobre os índices escolares apontam uma associação positiva no que diz respeito à frequência dos estudantes. Desta forma, a probabilidade das crianças beneficiárias abandonarem a escola também é menor. O questionamento principal da análise feita é se o Programa Bolsa Família consegue suprir necessidades para além da financeira. Se consegue estimular, motivar, instigar o aluno ao estudo com prazer, frequentando

a escola para as descobertas que a educação propõe e não meramente para alcançar a porcentagem de assiduidade proposta pelo programa a fim de garantir seu benefício.

Como esclarece Nascimento (2015), por se tratar de registros administrativos sujeitos a falhas de preenchimento e de maior qualidade das informações, os dados devem ser interpretados principalmente em termos de atingimento dos objetivos da unidade escolar, assim como sua relevância. É extremamente importante medir o impacto de programas sociais, como foi realizado neste estudo com o Programa Bolsa Família. Apesar dos resultados educacionais positivos encontrados, saber se os benefícios do Programa Bolsa Família superam os seus custos e são motivacionais para um aprendizado consistente e espontâneo ainda é uma questão bastante relevante para os formuladores de políticas. Esta questão é sugestão para pesquisas futuras.

Outro ponto que merece destaque neste trabalho é o Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, que se mostra de total relevância para a manutenção dos saberes, inclusive ético, dos profissionais que lidam com a realidade exposta até aqui. Principalmente para aqueles que têm em sua comunidade escolar, direta ligação com a realidade dos “*sem*”. Refletir e aprofundar conhecimentos sobre educação, pobreza e desigualdade social faz-se necessário, visto que é uma temática urgente e presente no nosso dia a dia enquanto educadores.

A experiência enquanto acadêmica/cursista deste curso foi muito proveitosa e a troca de informações entre os colegas é sempre de um valor inestimável. Que este curso, além de ter feito seu papel educativo, tenha sensibilizado e alertado a todos nós sobre a necessidade de olharmos para o outro com atenção, dispostos a enfrentar obstáculos a fim de levar a educação a todos os ambientes e populações, sem desigualdades.

## REFERÊNCIAS

ABRAS, I. B.; SÁ, M. A. Programa Bolsa Família: educação de crianças e adolescentes em situação de pobreza em idade escolar. **Revista Formação Docente**. Vol. 8, N.2. Belo Horizonte: jul/dez 2016.

AGUIAR, M.; ARAÚJO, C.H. **Bolsa-Escola**: Educação para enfrentar a pobreza. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/129723m.pdf>. Acesso em: 21 jun 2018.

ARROYO, MIGUEL GONZÁLEZ. **Módulo introdutório**: pobreza, desigualdades e educação. In: Ministério da Educação – SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA**. Brasília, 1990. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acessado em: 21 jun 2018.

GLEWWE, P; KASSOUF, A. L. **O Impacto do Programa Bolsa Família no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação**. 2008. Disponível em:<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/o-impacto-do-programa-bolsa-familia-no-total-de-matriculas-do-ensino-fundamental-taxas-de-abandono-e-aprovacao-b-2-colocacao-do-premio-nacional-de-estudos-sobre-o-bolsa-familia.aspx>. Acesso em: 21 jun 2018.

KILL, Mariana. **Educação e Pobreza: análise das condicionalidades do Programa Bolsa Família no Centro de Ensino Médio Elefante Branco**. Brasília/DF, 2014. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9666/1/2014\\_MarianaReginaKill.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9666/1/2014_MarianaReginaKill.pdf). Acesso em: 20 jun 2018.

NASCIMENTO, J. S. **Políticas Públicas**: Programa Bolsa Família e sua Condicionalidade. 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2232/1/Jefferson%20Santana%20do%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 21 jun 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bolsa Família**: Mitos e Realidades. Interesse Nacional, Ano 2, n.7, p. 20-28. 2009. Disponível em:<<https://www.schwartzman.org.br/simon/bolsa09.pdf>>. Acesso em: 21 jun 2018.

# **BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DA SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO**

ISABELA DA SILVA ANDRADE  
bellinhandrad@gmail.com

KILMA CUNHA BARROS  
kilmabarros67@gmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA  
cel.teix54@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

Quando o assunto da inclusão na escola é discutido, a associação é direta com as pessoas com deficiência, uma vez que são o grupo social que mais necessita de políticas públicas para sua inserção na escola e no mercado de trabalho. Porém, estimular a inclusão na educação está para além de certificar o acesso de pessoas com variadas deficiências: tem a ver com romper as barreiras da desigualdade social e econômica (SANTOS, 2017).

A desigualdade social e a pobreza são problemas sociais que atingem a maioria dos países atualmente (CAMARGO, 2017). O Brasil, segundo dados da ONU, em 2005 era a 8º nação mais desigual do mundo. Para operar na pobreza extrema, garantindo à população nessas condições o direito à educação, é necessário aliar a política social à política educacional. Quando as políticas sociais não funcionam direito, os problemas se lançam na escola, sem que a escola tenha como lidar com elas. Vivenciar a dura realidade das crianças pobres não é algo simples.

Muitas teorias que lemos nos livros não amparam ou não consideram a miséria, a violência e as omissões vivenciadas pelas crianças pobres diariamente. Por ter uma visão ampla e conhecer um pouco da realidade local, este trabalho tem como objetivo de estudo analisar o compromisso da escola e da família com a frequência escolar dos filhos, relacionado ao *Programa Bolsa Família*. O problema da pesquisa é: “Qual o efeito do compromisso da frequência escolar do Programa Bolsa Família em alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Conde – PB?” A escolaridade é um dos compromissos do Bolsa Família, cujo programa é um dos principais de transferência de renda no Brasil, e uma das mais importantes. Isso porque é a educação o principal fator de mudança na vida das pessoas.

O Programa Bolsa Família foi criado em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória Nº 132, convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e estabelecido pelo Governo Federal Brasileiro com a visão de combater a pobreza e a fome no país. Para ser beneficiário, exige das famílias compromissos, entre elas a frequência escolar das crianças.

A pesquisa que deu base a este Trabalho de Conclusão de Curso apontou como objetivo geral analisar o compromisso com a frequência escolar, do Programa Bolsa Família na educação. Nesse sentido, buscou, especificamente, observar e analisar a frequência e o desempenho dos alunos de uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental; analisar a bibliografia relacionada ao Programa Bolsa Família; analisar como a escola lida com o compromisso do Programa Bolsa Família.

Em relação às considerações finais, tentamos realizar uma análise do material coletado fazendo a relação com o material teórico estudado, com o propósito de explicar a problemática da pesquisa. Muitos sentimentos motivam as nossas atitudes, e foi o incomodo e a minha historicidade que me motivaram a escrever sobre esse tema, pois a partir do meu trabalho como docente e as minhas reflexões sobre o desempenho escolar dos alunos, apontaram para a necessidade de se entender os compromissos com o processo de escolarização das crianças.

## SOBRE A BOLSA FAMÍLIA

Sem condições financeiras, muitas famílias brasileiras pobres e extremamente pobres não destinavam seus filhos para a escola. Essas crianças e adolescentes paralisavam seus estudos, e entram no mercado de trabalho antecipadamente para ajudar no sustento da família. Tornando-se trabalhadores com pouca formação educacional e por isso, recebendo baixos salários, ecoando na manutenção do ciclo de reprodução de pobreza.

O Programa Bolsa Família foi criado pelo governo federal como uma estratégia para combater a fome e a pobreza (SANTOS, 2017), tendo como objetivo direto a minimização do quadro de desigualdades sociais, como também gerar impactos nos setores educacionais, no que se refere ao fortalecimento do acesso das famílias a educação. Com o Bolsa Família as famílias atingem a renda mínima, concebendo condições de manter suas crianças e adolescentes na escola. Essas futuras gerações com uma maior formação educacional produzem capacidades de ascensão de renda, rompendo o ciclo de reprodução de pobreza. De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), os valores recebidos pelas famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família podem variar de R\$ 39 a R\$ 372, de acordo com a renda *per capita* mensal de cada família, com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos e número de gestantes e nutrizes componentes da família.

O programa tem quatro tipos de benefícios: O Benefício Básico, de R\$ 85, é pago às famílias consideradas extremamente pobres, com renda mensal de até R\$ 85 por pessoa, mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens. O Benefício Variável, de R\$ 39, é pago às famílias pobres, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrizes (lactantes). Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 195. O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 46, é pago a todas as famílias do programa que tenha adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis ligados

ao adolescente, ou seja, até R\$ 92. Mediante o não cumprimento das condicionalidades do programa, o benefício pode ser bloqueado ou suspenso definitivamente.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família são compromissos assumidos pelo poder público e pelas famílias beneficiárias nas áreas de Saúde e Educação. Às famílias cabe assumir e cumprir o compromisso para que possam receber o benefício mensal, já o poder público é responsável pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. O objetivo é elevar o grau de efetivação de direitos sociais por meio do acesso aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social. Partindo do pressuposto que as famílias que não acessam os serviços sociais básicos são mais vulneráveis. (SANTOS, 2017)

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o acompanhamento das condicionalidades na educação tem como objetivo monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, identificar os casos de não cumprimento e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias, e responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias excluídas e vulneráveis. As crianças e adolescentes devem estar matriculadas na escola e cumprir a frequência mensal mínima estabelecida, que é de 85% da carga horária para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e de 75% da carga horária para jovens de 16 e 17 anos.

Para a realização da coleta que subsidiará este trabalho foi contemplado: Alunos do 2º ano do Ensino Fundamental (18 alunos, com idades entre 7 e 8 anos); Diretora, professora e secretária escolar. O espaço que essas pessoas estão inseridas é a escola pública do município de Conde/PB. A instituição escolar atende alunos da educação infantil, fundamental I, II e EJA, distribuídos em três turnos (manhã, tarde e noite). O quadro de servidores é composto de: diretor, vice-diretor, supervisor pedagógico, secretárias, porteiros, professores e auxiliares de serviços gerais. O corpo docente da escola é composto por professores graduados e com especialização. São professores contratados (ACTs) e concursados para a finalidade de ensinar, sempre buscando capacitação e

aperfeiçoamento dentro de sua área. A maioria dos alunos são moradores das imediações das escolas e vivem com pais ou familiares. A instituição tem atualmente 557 alunos matriculados. Quanto a estrutura física, a escola é extensa. Contém dez salas de aulas, com carteiras, cadeiras, quadro e armário. A escola possui três banheiros, sendo 1 feminino e 1 masculino e 1 para os funcionários, uma sala da secretaria e uma da diretoria. Possui uma cozinha com uma estrutura boa. No que diz respeito ao Projeto Político Pedagógico (PPP), este foi elaborado pela Diretora e Coordenadora baseado na realidade da escola. A metodologia de ensino utilizada é desenvolvida por unidades didáticas, organizadas de forma a abranger as várias disciplinas. O trabalho é desenvolvido a partir de um plano anual, por meio de um programa de atividades.

A maioria das crianças são oriundas de famílias que vivem com dificuldades econômicas e residem em comunidades vulneráveis, tendendo a exibir mais problemas de desempenho e comportamento na escola. Segundo Ferreira e Marturano (2002, p. 39) cabe a família garantir uma base sólida, fundamentada no comprometimento com a educação da criança, mesmo com condições adversas em que se encontram. Na vida de uma criança a escola exerce funções indispensáveis. É no ambiente escolar, principalmente em comunidades vulneráveis, que a escola se incumbem de atribuições que vão além do ensino, como a construção de laços afetivos com colegas e professores e, acaba ocupando um papel importantíssimo na vida de uma criança, principalmente se ela passou por adversidades. A carência afetiva e social das crianças obriga o corpo docente a conceder mais do que a legislação outorga à escola, pensando muito na formação integral do aluno.

Diante da realidade manifesta dentro do ambiente escolar a que nos propomos descrever, vimos o grande desafio do corpo docente envolvidos na busca por propiciar um trabalho diferenciado com as crianças pobres e o quanto este trabalho é árduo, pois nem sempre lidam com crianças cooperativas e solícitas. São crianças que vivem parte do dia na rua, vivendo seus próprios limites, enquanto seus familiares

trabalham para manter uma família que comumente não é composta de poucas pessoas.

De acordo com Bee (1997), serão razões determinantes na aprendizagem das crianças a metodologia usada pelo professor e o investimento destes em relação aos alunos, o modo como o ensino é conduzido e a estrutura da escola. E isso só será identificado com uma escola preparada, recebendo estímulos e recursos para manter uma boa estrutura. Os funcionários e os corpos docentes incentivados e valorizados para pensar no aluno e em sua futura formação. Enfim, toda a diretoria e comunidade escolar complacente para realizar uma educação de qualidade.

O procedimento que antecipou a pesquisa se deu através do consentimento inicialmente da instituição e dos participantes da pesquisa. Logo após, foi realizada a observação de uma turma do 2º ano do ensino fundamental iniciada em 3 de junho de 2018 e finalizada em 19 de junho de 2018. As entrevistas foram agendadas com a diretora da escola, professora da turma e secretária escolar de maneira individual. Foram assegurados critérios éticos definidos pela Resolução 510/16 do CNS, como o anonimato do participante e a garantia do sigilo dos dados fornecidos. Os participantes receberam as informações e registraram sua autorização por meio da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Cada entrevista durou cerca de 20 minutos. Por fim, a análise de todo o material coletado, relacionando com o referencial teórico.

Foi por meio da observação feita no ambiente escolar que possibilitou afirmar que há no 2º ano do ensino fundamental, 18 crianças cursando o turno matutino. A turma é equilibrada em relação ao número de meninos e meninas, 10 meninos e 8 meninas. Buscou-se também observar o posicionamento da professora referente à frequência dos alunos, principalmente os ligados ao Programa Bolsa Família. No decorrer dos dias foi observada a rotina das crianças, desempenho e frequência. A turma possuía uma rotina bem organizada, a professora procurava a melhor maneira de organizar o dia escolar das crianças,

buscando sempre conciliar as atividades propostas com o lúdico, de maneira que estimulasse ainda mais a aprendizagem das crianças. E as crianças respondiam as expectativas da professora, desenvolvendo-se cada dia mais. Também foi observado que dificilmente a turma estava completa, o número médio de presentes na aula era de 14 alunos. Dois alunos faltavam frequentemente, e esses mesmos alunos possuíam um desempenho abaixo da média da turma. Confirmando o discurso que a professora faz, em relação à frequência das crianças, na escola e a aprendizagem e desenvolvimento das mesmas. O procedimento da professora em relação às faltas dos alunos é de comunicar a secretaria escolar, para que entrem em contato com os pais e assim saber o motivo da falta. A condicionalidade do Programa requer uma atuação mais frequente com as famílias, no sentido de formar uma consciência crítica quanto à verdadeira necessidade de manterem seus filhos na escola, para que o futuro deles não se pareça com o passado dos pais, pois muitos são analfabetos. O objetivo da condicionalidade frequência escolar do Programa Bolsa Família na educação é melhorar a frequência das crianças na escola, pois com essas crianças na escola agora, no futuro serão adultos escolarizados, com melhores oportunidades, empregos e melhores salários. Quebrado assim, o ciclo da miséria nas famílias dessas crianças e, conseqüentemente, o ciclo de miséria no Brasil.

Na entrevista com a diretora da escola podemos afirmar que não houve muito espaço para ampliar seus apontamentos. A diretora da escola foi bastante sucinta em relação ao seu posicionamento quanto aos alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Ela os trata de maneira igual aos alunos não beneficiados, se colocando à disposição das famílias para auxiliar no cumprimento das condicionalidades do programa. Segundo a diretora, a escola possui um alunado de nível social médio e baixo. Sabe-se que a situação socioeconômica destes alunos não é muito boa, e também que pais ou responsáveis pela educação destes jovens muitas vezes tem que trabalhar, deixando inclusive, a criança ou adolescente vulneráveis a situações desconhecidas. Essa situação é equivalente à falta de informação e

cultura existente na comunidade da escola. Somente a escola oferece possibilidades de acesso ao conhecimento formal e de contato com a diversidade cultural e social ao aluno, pois aparentemente para muitos dos pais dessa classe social, cultura é algo inoportuno para seu meio, visto que não veem sua finalidade. Isso influencia o nível de rendimento dos alunos, evidenciados pelo desinteresse e falta de comprometimento familiar pela vida escolar dos filhos. No entanto, o acesso à escola e a não repetência são assegurados pela obrigatoriedade do ensino, pelo bolsa família e pela progressão continuada.

Já a secretaria escolar nos informou que o número oficial de crianças beneficiadas da turma do 2º ano era de 6 crianças oriundas de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em uma turma de 18 alunos. Sempre que uma criança falta sem avisar com antecedência, a professora passa o nome para a secretária, que faz contato com a família para saber o motivo da criança ter faltado, esse cuidado por parte da escola é precioso para o bom cumprimento da condicionalidade frequência escolar por parte da família. A secretária relatou que zela pela frequência escolar de todas as crianças, mas há um cuidado especial por parte dela com as crianças beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, pela situação de vulnerabilidade social que as mesmas se encontram. A escola esgota todas as possibilidades de intervenção para a conscientização da família quanto à importância da frequência escolar antes de encaminhar o caso ao gestor local do Programa, ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Com a docente da turma do 2º ano do Ensino Fundamental podemos afirmar que ela procura fazer o possível para seus alunos terem uma boa frequência escolar, a fim de alcançar a aprendizagem e desenvolvimento intelectual das 45 crianças. Para a professora, a frequência é de extrema importância para a aprendizagem da criança, pois se a criança falta, ela conseqüentemente fica perdida com o conteúdo que está sendo ministrado em sala de aula. Por mais que a professora se esforce para recuperar o conteúdo com o aluno faltoso, isso é difícil,

pois ela tem que continuar com o cronograma escolar. A professora se mostra extremamente solícita com as famílias a fim de orientá-las sobre a importância da frequência escolar, que vai além de uma condicionalidade do Programa Bolsa Família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa realizou-se em uma escola pública do município de Conde/PB, cujo objetivo foi analisar o compromisso com a frequência escolar, do Programa Bolsa Família na educação. Considerando o universo a ser pesquisado, foi feito um recorte para selecionarmos uma amostragem conveniente para nossa pesquisa e atender os objetivos de (1) observar e analisar a frequência e o desempenho dos alunos de uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental; (2) analisar a bibliografia relacionada ao Programa Bolsa Família; (3) analisar como a escola e a família lida com o compromisso do Programa Bolsa Família.

O descumprimento da condicionalidade da frequência escolar ocorre na medida em que são apresentados motivos que não justificam a baixa frequência escolar, como por exemplo, abandono escolar/desistência do aluno, negligência dos pais ou responsáveis e desinteresse/desmotivação dos alunos pelos estudos e são considerados motivos justificáveis a ausência do aluno por causa de doença e inexistência de oferta de serviços na educação.

Com essa pesquisa cheguei a algumas conclusões, que as famílias dos alunos da turma observada, beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, em sua maioria procuram sim seguir a condicionalidade, frequência escolar, zelando assim pela frequência das crianças. Porém também não pude deixar de notar que quando as crianças observadas perdem aula, as famílias, em maioria, ficam mais preocupadas com a possibilidade de perda do benefício do que com o prejuízo na aprendizagem da criança, ocasionado por essa falta de frequência escolar.

Sabe-se que o funcionamento do programa não ocorre em sua completude, tendo em vista algumas dificuldades encontradas pelos pais

principalmente no que se refere à falta de controle dos pais em manter os filhos na escola. Por outro lado, o programa leva os pais a obrigarem os seus filhos a frequentar à escola para que a família não perca o benefício, que para ela é muito importante. Com essa tática, ou entendimento, o programa tem contribuído apenas para a inserção dos alunos na escola, uma vez que o efeito do programa no índice de aprovação não tenha apresentado um resultado satisfatório, mesmo com uma elevada taxa de frequência escolar, pois o fato de ter alunos frequentando não significa que eles serão automaticamente aprovados.

A realização das entrevistas da presente pesquisa, possui elementos que devem ser ponderados e ampliados em uma nova pesquisa. Uns desses elementos é o número de pessoas entrevistadas, em curto espaço de tempo. É classificado como aceitável, entretanto não permite a generalização do trabalho. Consciente de que esta pesquisa é insuficiente no tratamento desta temática, pois muito mais haveria a dizer, dado que a questão da frequência escolar é muito extensa e aparece em variada situação, resta então considerar que toda a sociedade carece de se impulsionar para garantir uma educação para os cidadãos do amanhã.

A escola, por sua vez, revelou-se como unidade aberta à sua comunidade: busca metodicamente construir um processo de educação que considere a diferença relacionada à especialidade dos seus alunos, as necessidades e os anseios dos que ela assiste, buscando realizar uma educação de qualidade direcionada para a realidade e para a superação dos problemas sociais presentes na comunidade.

É evidente que toda a infraestrutura de uma instituição é uma condição muito importante, mas consideramos que as diferenças de postura e de vivências fazem com que os alunos e a comunidade percebam a escola de modo diferenciado. Entendemos que encontrar o caminho para relações de parceria pode ser uma experiência importante, resultando em melhorias nas relações humanas, no ensino, na preservação da estrutura física e no combate à desigualdade. Pode ser a luz de um novo tempo na educação: a prestabilidade das experiências familiares na construção do saber e das ações da escola. A sucessão de estudos com essa temática é

de grande importância. Portanto, urge a ampliação e divulgação desse assunto. Em vista disso, este trabalho faz um chamado aos profissionais da educação para que estejam atentos ao desempenho escolar dos alunos. À medida que o conhecimento é adquirido, o comportamento passa a ser analisado e conseqüentemente modificado. Confia-se, portanto, que o presente estudo seja uma contribuição inicial para se pensar mudanças no conhecimento e nos comportamentos daqueles que lidam com a educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL – Lei N o 10.836, de 09 de janeiro de 2004.

BEE, Helen. **O ciclo Vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

CAMARGO, Orson. **Desigualdade social**; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilestela.uol.com.br/sociologia/classes-sociais.htm>>. Acesso em 26 dez 2017.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. **Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002.

GUILHERME, Alexandre. **Desigualdade Social Brasileira**. Disponível em: <<http://populacaobrasil.blogspot.com/2011/04/desigualdade-social-brasileira.html>> Acesso em 20 jun 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17451-a-companhamento-da-frequencia-escolar-de-criancas-e-jovens-em-vulnerabilidade-condicionalidade-em-educacao-do-programa-bolsa-familia-pbf-novo> Acesso em: 24 junho 2018.

# **O COTIDIANO DO PSICÓLOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA – CREAS NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA ESTADO DA PARAÍBA**

IRIAN GOMES DE LIMA MENDONÇA  
irianmendonca9@gmail.com

KILMA CUNHA DE BARROS  
kilmabarros67@gmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA  
cel.teix54@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho pretende apresentar uma experiência vivenciada, junto ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), no município de Santa Rita do Estado da Paraíba. A partir da Constituição de 1988 e com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), através da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, a assistência adquire uma nova visibilidade, saindo das esferas acadêmicas e ganhando espaço na esfera federal, estadual e municipal do território Brasileiro, bem como, junto aos segmentos da sociedade civil interessadas na descentralização e implementação da política de assistência social no país.

Diante dessas novas políticas públicas, surge a necessidade de fortalecer a articulação dos serviços prestados a sociedade pelo município. Dessa maneira o processo de Municipalização acontece na Constituição de 1988, como mais um elemento das políticas públicas a serem consolidadas no Brasil. Apesar disso, a questão da municipalização da assistência e da universalização dos direitos, ainda constituem pontos que sugerem uma reflexão mais crítica, que apresente à luz do debate, novas ambigüidades e limites na implementação da lei.

O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (Creas) é a unidade pública estatal que oferta serviços de proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o Creas tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas. Nessa perspectiva a política de assistência social, se encontra em efetivo processo de construção; sendo qualificada pela ação ético-política, teórico-metodológica e técnica-operativa dos seus agentes, ou seja, toda sociedade, gestores, técnicos e servidor público se torna corresponsáveis e partícipes do conjunto social. Sendo assim, se torna eminente observar a teoria e prática dessa articulação social que se encontra em processo de efetiva construção, para que práticas e modelos de trabalhos se tornem novos instrumentos que possibilite auxiliar e desenvolver uma política de Desenvolvimento social mais eficaz.

Nesse contexto, buscar apresentar as dificuldades vivenciadas pelo corpo técnico, a partir do olhar específico do profissional da área de psicologia, apreendendo e distinguindo dificuldades, para propor possíveis caminhos a fim alcançar as devidas melhorias para o atendimento da sociedade, se torna um desafio dentro das políticas públicas.

## **O ATENDIMENTO E SUAS ESPECIFICIDADES: UM CAMINHO A SER TRILHADO**

A concretização da nova política de Assistência Social surge na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem por finalidade nortear os serviços da assistência social e o compromisso de romper o assistencialismo e institucionalizar efetivamente a promoção e o acesso aos benefícios sociais. Nessa perspectiva traz em seu arcabouço um sistema unificado e hierarquizado, que é organizado em níveis de complexidade de atendimento por meio de programas, projetos, serviços e benefícios, que possibilita serem definidos, construídos e organizados em processo contínuo de categorização, conceituação e especificação da proteção social.

Para que essas políticas sociais se consolidem, se torna imprescindível e eficaz o desenvolvimento e manutenção de um Sistema Nacional de Informação da Assistência Social com a finalidade de possibilitar o aprimoramento da gestão, com as práticas de planejamento, monitoramento e avaliação do conjunto de ações, programas, serviços e benefícios desenvolvidos pela política assistencial. Dessa forma se pode alcançar um efeito real nas ações da assistência social em benefício da sociedade. O desenvolvimento desse sistema pressupõe o conhecimento, capacidade institucional e técnica das secretarias municipais, da rede intersetorial constituída e das instâncias de controle social que operam localmente.

Dessa maneira o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) que configura uma parte do arcabouço do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo responsável pela oferta de orientação, apoio especializado e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados. Para contemplar esse atendimento, envolve um conjunto de profissionais e processos de trabalho que devem ofertar apoio e acompanhamento especializado. Dessa maneira dispõe de serviço que tem o principal objetivo de resgatar famílias do quadro de vulnerabilidade social, potencializando sua capacidade de proteção aos seus membros.

O CREAS que faz parte do município de Santa Rita no Estado da Paraíba, atende em média cerca de cem famílias em estado de vulnerabilidade social, que necessita de proteção social, bem como dos benefícios que promulga a lei da assistência social, lotada dentro dos princípios do SUAS. Essa instituição compreende em seu corpo de profissionais um psicólogo, dois assistentes sociais, um coordenador e um auxiliar administrativo, deixando assim, essa instituição em carência profissional ao preconizado pelo SUAS para esse tipo de tipo de atendimento especializado, fragilizando dessa maneira, o processo de trabalho. O número de profissionais é insuficiente para atender a demanda das famílias cadastradas tendo em vista que para se atender com eficácia esse quantitativo de família são preconizados dois psicólogos, quatro assistentes sociais, um advogado, dois auxiliares administrativos e um coordenador.

A estrutura física também se apresenta com precariedade, tendo em vista que o espaço não foi construído, pensado e organizado para esses fins, uma vez que se trata de um ambiente alugado. A privacidade de escuta e o acolhimento das famílias se tornam fragilizados e comprometidos, diante da falta de estrutura física e profissional.

Dessa maneira, com base nessa realidade, o presente trabalho visa demonstrar os afazeres realizados no CREAS através de experiências vivenciadas como psicóloga, pois diante de muitas inquietações prevalece a necessidade de buscar alternativas para que os profissionais possam desempenhar suas atividades visando o bem-estar da comunidade atendida bem como dos profissionais envolvidos.

Sendo assim, ao iniciar as atividades laborais de psicologia do CREAS Santa Rita em 2015, ficou evidente a constatação de precariedade dessa unidade de atendimento especializado do serviço do referido município. As orientações do SUAS em relação ao espaço físico, como exemplo de salas adequadas e reservadas, espaços preservados para realização dos grupos operativos das famílias acompanhadas pelo serviço, não são cumpridas nessa unidade, tendo em vista que o espaço alugado oferta apenas duas salas pequenas, precária de ventilação. Divididas uma

para coordenação e a outra para atendimento das famílias, configurando assim em um espaço inadequado para o trabalho a que se propõe.

Além disso, o espaço em questão não disponibiliza sala para atendimento psicológico, o que caracteriza o primeiro empecilho na criação de vínculo e cuidado especializado, para melhor obtenção de êxito nas diretrizes, encaminhamentos e orientações para os procedimentos adequados às famílias que têm seus direitos violados. Ainda no espaço do serviço se pode inferir que a equipe não disponibiliza de infraestrutura básica como acesso à internet, telefone e material de expediente, tendo a equipe que comprar alguns desses materiais para dar andamento aos atendimentos. Ainda nessa perspectiva, além do atendimento da unidade, existe a necessidade da realização de visitas domiciliares, demandada ou não pelo Ministério Público, porém o serviço não disponibiliza de veículo para realização dessa atividade.

Dessa maneira se torna evidente que o processo de Municipalização se encontra frágil e debilitado, o que acarreta em uma população desassistida, pois a rede pública da assistência social do município não oferta um serviço de continuidade e com qualidade às famílias que se encontra em situação dos direitos violados. Nesse contexto, vale a pena refletirmos um pouco sobre as atribuições e funções da figura política municipal. A elaboração de políticas públicas para saúde, educação, habitação, entre outros fatores pertinentes ao bem-estar e qualidade de vida dos municípios estão entre suas ações. Diante disso como representante do poder executivo municipal, o prefeito encabeça a administração da cidade, empreendendo a gestão da coisa pública no controle do erário para o planejamento, organização e concretização de obras, sejam elas de construção civil ou da área social. Logo, pode parecer redundante, mas é preciso frisar a ideia de que o poder executivo é de fato aquele quem executa, coloca em prática um conjunto de intenções, obras, projetos, programa ou política pública do Governo Federal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa perspectiva é pertinente ressaltar a real necessidade dos gestores públicos terem conhecimento efetivo das políticas públicas organizadas nas esferas Federais, Estaduais e Municipais para trâmites e efetivação das políticas sociais. O processo de capacitação e sensibilização para um gestor público pode ser mais uma alternativa para que as políticas públicas se alinhem entre a teoria e prática.

Dessa maneira o tema abordado no curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social é atual e de grande acuidade, tendo em vista a importância de debater e refletir sobre a pobreza e a desigualdade social em nosso país. Não só a questão econômica, mas principalmente da pobreza intelectual existente, nas escolas públicas e em outros setores da sociedade.

Diante disso é emergente educar nossas crianças com o olhar crítico e reflexivo para que possa conhecer, questionar e reivindicar.

## REFERÊNCIAS

<https://creaspalotina.wordpress.com/o-que-e-e-o-que-faz-o-creas>.

Utilizado. [www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v1n1\\_lei.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v1n1_lei.htm)

[www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/.../mariaizabel\\_suas.pdf](http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/.../mariaizabel_suas.pdf)

<https://brasilescola.uol.com.br/politica/funcoes-prefeito.htm>

[queconceito.com.br/capacitacao](http://queconceito.com.br/capacitacao)

Cartilha Perguntas e Respostas: CREAS <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-socialsnas/cartilhas/perguntas-e-respostas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas/03livreto-perguntas-respostascreas-impressao-20-12.pdf>

[www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/medidas](http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/medidas)

[www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia\\_sistema](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema)

# CASA DOS SONHOS, TERCEIRO SETOR DE EDUCAÇÃO: ESCOLA E FAMÍLIA EM POBREZA EXTREMA E FORMAÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ

IVONEIDE DE SOUZA LIMA  
ivoneide.souzalima@hotmail.com

KILMA CUNHA BARROS  
kilmabarros67@gmail.com

CÉLIA REGINA TEIXEIRA  
cel.teix54@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Falar sobre Educação nos remete a muitos teóricos, mas ao falar em Educação e desigualdade torna-se impossível não referenciar Paulo Freire, pois essa temática se faz presente em todas as suas obras. Especificamente em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, ele nos aponta a necessidade urgente que se faça a união e a rebelião das gentes contra a ameaça que as atinge, ou seja, a negação de si mesmo como seres humanos submetidos à “fereza” da ética do mercado.

Dessa forma, com suas obras, como a citada anteriormente, relatamos sua preocupação desde o começo de sua experiência educativa com a natureza humana. É perceptível, também, em sua fala, a construção de uma teoria da transformação político-social do mundo que da compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela

feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção. Seres éticos, capazes de transgredir a ética indispensável do mercado. Para Freire, o homem precisa ser capaz de ultrapassar o próprio condicionamento aos quais são submetidos cotidianamente.

A grande força sob a qual alicerçar-se a rebeldia do pensamento Freiriano é a ética universal do ser humano e não a do mercado, uma vez que ela é insensível a todo clamor das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro, indiferente a ética da solidariedade humana. No sentido de que educar para transformação da realidade sempre foi o desafio maior da educação. E para embasar essas reflexões temos o seguinte questionamento: nos dias atuais este continua sendo o maior desafio da educação?

Sob a luz dos estudos da Educação, pobreza e desigualdade social, é possível afirmar que sim. É preciso executar o primeiro passo para mudança, e este consiste em reconhecer a pobreza e as desigualdades e, fundamentalmente, isto significa levar em conta a existência persistente dos(as) pobres nas escolas e, com isso lançar reflexões importantes sobre as práticas pedagógicas. Assim, é necessário não apenas saber que as escolas estão repletas de meninos e meninas pobres, mas, muito mais do que isso, é preciso também atentar para as exigências que as vivências da pobreza de precariedade material extrema demandam e que devem ser consideradas nas práticas pedagógicas em todo processo educativo.

Contribuindo nesta construção de autonomia e superação, observamos a contribuição do terceiro setor da educação. Como explica Arvidson (2009), o Terceiro Setor reúne uma miríade de organizações, em que cada qual com seu papel e exercício da *advocacy* de uma causa específica, importando saber como tratam das questões de interesse público e assumem determinado posicionamento, com o propósito de interferir tanto na formulação como na implementação de políticas públicas.

Para considerar esse contexto da pobreza extrema, a Associação Casa dos Sonhos entra neste cenário enquanto terceiro setor de educação, buscando contribuir junto à escola e à família no processo de formação

de seus educandos em uma cultura de paz, e não se pode falar de paz, sem observar tudo que a compõe, os direitos inerentes à dignidade humana, em especial o educar para vida.

Apresentaremos nesse artigo os seguintes tópicos: a comunidade, os aspectos socioeconômicos, realidade que a caracteriza e estigmatiza; a Casa dos Sonhos, as formas de intervenção junto à comunidade e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que contribuem na formação de seus educandos, incidindo na transformação da realidade local. Tomando como base as leituras propostas por Arroyo nos estudos do Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS), iniciado com o reconhecimento da pobreza, os diferentes atores em suas diferentes realidades junto ao processo educativo, o que poderíamos fazer, como profissionais da educação, para trazermos reflexões sobre as relações entre educação, pobreza e desigualdade social, segue um olhar em um espaço de tais vivências.

## **A CASA DOS SONHOS E SUA LOCALIZAÇÃO NA COMUNIDADE SANTO AMARO**

A comunidade Santo Amaro encontra-se nas proximidades do loteamento Boa Vista, no distrito de Várzea Nova, Santa Rita PB. Teve sua origem, segundo a naturalidade dos moradores antigos, por pessoas de outras cidades do interior da Paraíba, como também das cidades circunvizinhas como Bayeux, João Pessoa, Sapé, Espírito Santo entre outras, que vieram em busca de terras de baixo valor e até mesmo para apropriação. Formando duas ruas abaixo da rede elétrica de alta tensão Paulo Afonso. Foram nomeadas por Rua Roberto Santos Correia e Rua Santo Antônio, também conhecida como a rua do barreiro, por estar sobre uma depreciação de terra. Sem saneamento básico, os moradores são obrigados a conviver com precariedade no abastecimento de água e na coleta de lixo, vivendo na maioria dos casos em situação insalubre. A renda das famílias vem de trabalhos da construção civil e trabalhos

informais. Os adultos a maioria analfabetos ou analfabetos funcionais, chegando ao máximo a 3ª ou 4ª série do ensino fundamental.

As principais dificuldades na relação escola e comunidade é a falta de acompanhamento dos pais para com seus filhos, sendo perceptível isso nas ausências deles nas reuniões na escola e nas reuniões da Casa dos Sonhos. Segundo a escola, os pais só vêm a escola em situações extremas, sempre relacionado a dificuldades sobre o comportamento do alunado. As situações extremas estão atreladas a violência na qual os alunos se encontram vulneráveis, sendo as drogas, uma realidade cada dia mais presente. A escola enfrenta diariamente problemas de vandalismo, atribuídos à comunidade. Um dos principais desafios dentro dos muros da escola ocorre pela carência afetiva e econômica das famílias. Com o aumento do desemprego a questão da fome vem se tornando constante. A escola relata que muitos alunos chegam com fome, estes se alimentam na escola e seguem para a aula.

As situações relatadas nos remetem a fala de Arroyo, quando menciona a imputação feita aos pobres e à sua condição de pobreza. Considerando que os pobres são carentes de valores, passa-se a entrever apenas uma solução: educá-los(as) nos valores do trabalho, da dedicação e da perseverança, desde a infância. Confirma-se a visão que a tarefa da escola, diante desse público, é de moralizá-los(as) nos valores que eles(as) supostamente não recebem das famílias. Resumindo a educação ao processo de escolarização, que se oferece como antídoto contra a pobreza, moralizando as infâncias e adolescências pobres.

As escolas no entrono da Casa dos Sonhos, defende que a escola, a educação trazida pelos alunos e obtida nos outros espaços é considerada em seu planejamento, este é feito com base a realidade dos alunos buscando tornar os conteúdos significativos para eles. A educação é apresentada como meio de mudança de vida tanto para ascrianças, quanto para realidade de seus pais. Para isso fomos ouvir uma representante escolar que nos diz que:

Mesmo tendo uma base nacional e o livro didático alguns conteúdos são muitas vezes apresentados de forma aligeirada, pois se torna inviável para realidade de nossos alunos.

Neste contexto, nem sempre o currículo é considerado como espaço vivo, tornando-se adaptável a realidade da comunidade escolar, como menciona a fala da representante escolar. Para a escola, os programas sociais auxiliam e muito, porém, necessitam ser ampliados através de outros mecanismos de inclusão para o mercado de trabalho, e assim torne-se eficaz. Para a representante escolar:

A questão da pobreza é um fator determinante para a qualidade de vida de nossas crianças, mesmo com o auxílio da bolsa família, e sua exigência quanto presença na escola.

Com essa posição de ampliação e de destaque do trabalho de outros programas sociais, nasceu a Casa dos Sonhos. A casa dos Sonhos, enquanto inspiração, surgiu na visita de duas crianças a casa das irmãs Dominicanas de Tucumã, Argentina, Estela Maria Nuñez e Judith Gomez, em Bayeux, PB, em busca de alimento. Acolhendo as crianças, as irmãs se deparam com um público que vem de uma frágil realidade. Decidem junto a algumas mães da comunidade de Santo Amaro e com a ajuda de amigos, iniciar em 20 de junho de 2009, o projeto” Casa dos Sonhos” associação civil sem fins lucrativos, de direito privado. Ela nasce com o objetivo de dar apoio a crianças, adolescentes, jovens, mulheres e famílias da comunidade Santo Amaro, que vivem em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza.

A Casa dos sonhos vem através de programas assistenciais preventivos e de promoção humana, proverações formativas e educativas com base na solidariedade e na justiça. Atualmente a Casa dos Sonhos atende mais de 130 educandos, entre crianças, adolescentes e jovens. Oferece diferentes atividades sociais e culturais, oportunizando as crianças

uma melhor educação, por meio da troca de experiências com finalidade de dar outra visão da vida, possibilitando a construção de uma realidade melhor do que vivem.

Tem como missão garantir os direitos e deveres das crianças e adolescentes de sua localidade. A associação atua na formação humana, ética e espiritual por meio das práticas e vivências dos valores da cultura de paz. A atuação com os educandos acontece através de: acompanhamento físico, psíquico e emocional em uma visão integrada da pessoa. Esse cuidado da saúde integral ocorre mediante práticas de medicina complementar e as práticas integrativas. Com a proposta de uma educação com base na ecologia profunda, dinamização do processo educativo junto à família, escola e comunidade por meio das práticas de mediação de leitura, mediação lúdica, letramento, formações culturais, artísticas e novas tecnologias: criação de arte, música, dança, fotográfica e informática. Formação e capacitação de adolescentes, jovens, mulheres e educadores.

A Assistência Social também atua na orientação cidadã, alimentação, saúde e moradia. A assistência alimentar busca suprir ou complementar uma dieta de acordo as necessidades dos educandos.

Centrada na construção e/ou recuperação da identidade e dignidade dos educandos, as atividades educativas giram em torno de três eixos: mediação lúdica, mediação de leitura e arte. Através da mediação lúdica busca-se despertar o conhecimento de forma prazerosa, desbloqueando possíveis travas para a aprendizagem. Na mediação de leitura, busca-se estimular a criatividade, imaginação e o prazer nas práticas de leitura e escrita, favorecendo um maior desenvolvimento no processo de alfabetização e letramento. As atividades de letramento são desenvolvidas de forma a reordenar e adequar conteúdos escolares, considerando as características específicas de cada realidade.

O educador atua como mediador, acompanhando o processo educativo. Tanto a Arte quanto os outros eixos, atuam desenvolvendo nos educandos a autoestima, autoconfiança, favorecendo assim, a autonomia

e protagonismo, formação humana, cuidado e preservação do meio ambiente e desenvolvimento da espiritualidade.

A formação humanista perpassa nas atividades, busca favorecer o desenvolvimento de boas relações, consigo, com o outro e com o mundo, estimulando vivências saudáveis em harmonia com o meio ambiente, através de atividades que os tornem conscientes dos problemas ambientais, seus direitos e responsabilidades e os benefícios que as ações em favor da não violência e do meio ambiente trazem para a melhoria de suas vidas, a vida da comunidade e a vida de gerações futuras. A cultura de paz se revela no incentivo à generosidade, ao ser agradecido, ao respeito, ser solícito, amar-se, amar o outro, amar e respeitar a natureza, através de atitudes geradoras do bem.

A Associação oferece aos educandos na atualidade o acompanhamento, psicopedagógico e terapias complementares, disponibilizadas no espaço do centro de terapias Santa Catarina. Todos os profissionais, trabalham em conjunto com a equipe pedagógica formando assim, uma equipe interdisciplinar.

Aos educadores é disponibilizado o acompanhamento pessoal e formação em práticas integrativas e outras ações que auxiliem no processo de formação dos educandos. A equipe pedagógica se propõe desenvolver atividades que estimulem potencialidades, habilidades, destrezas e criatividade, favorecendo o desenvolvimento, evolução, reconhecimento, e valorização da pessoa, sua dignidade humana e seu processo de individuação.

Todas as atividades da instituição convergem para uma meta: O cuidado e valorização da vida e dignidade da pessoa humana, através da vivência de uma cultura de paz e uma ecologia profunda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo a escola tendo como ponto de partida seu fazer pedagógico, a observação da realidade da pobreza, ressalta-se que ela ainda não é compreendida e que os mecanismos de motivação escolar para transformação social apresentam-se ainda como base “no aprender” conteúdos curriculares, o que para os alunos ainda é algo distante de sua realidade cotidiana. Os valores relacionados à estrutura familiar na concepção escolar ainda se atrelam significativamente a pobreza e a condição social dos sujeitos e é atribuindo o fracasso do processo escolar ao comportamento do educando e a realidade local onde vivem.

A Casa dos Sonhos apresenta um modelo de educação integral, movido pelas necessidades educacionais, sociais e culturais de seu público. E lançar-se ao desafio de educar para uma cultura de paz, respeitando e superando os limites, desenvolvendo as potencialidades, proporcionando espaços de aprendizagem para a vida é um ato de muita força. Em meio a limitações e dificuldades a educação acontece através do lúdico, da alimentação de qualidade, do cuidado com a saúde, da integração ecológica, das relações afetivas, sociais e culturais.

A realidade do público, onde vivem e como vivem é desconhecimento das duas instituições, Escola e Associação. Em suas formas de intervenção, mesmo que tendo em seu fazeres pedagógicos o conhecimento da realidade, observa-se a fragilidade mediante a dificuldade em atender as exigências do currículo pela escola. A escola não consegue ir além de seus muros. Os pais vêm à escola, a escola não vai até eles.

Existe a necessidade de articular os currículos e as políticas educativas a políticas das diferenças, isso supõe o reconhecimento das diferentes realidades. É preciso currículos que se contraponham à transformação das diferenças em desigualdades, que ao menos o pensamento educacional e a lógica curricular não legitimem a negação aos(às) diferentes de sua condição de humanidade plena, sem hierarquias e graus de humanidade por diferenças de gênero, raça, classe, etnias e território. A Associação Casa dos Sonhos, por sua vez, sente a necessidade

de um processo de educação participativo. Livre das exigências curriculares e centrada na vida, pois a educação oferecida pela instituição, perpassa e vai além do aprender a ler e escrever, entra nas casas e na vida da comunidade, buscando em uma relação estreita de amizade vencer juntos a realidade de violência e desrespeito a vida. O intuito é educar para si mesmo, para as relações e para uma vida digna.

Observa-se que o ato de educar seja foco da escola, ou para a Associação é um desafio constante e diário, uma vez que a realidade de pobreza e principalmente as discriminações e preconceitos relacionados a falta de conhecimento vivido pela comunidade e muitas vezes pelos que atuam em prol da comunidade, são fatores que precisam ser observados de perto. Conhecer ou reconhecer a diversidade mediante as diferentes condições humanas, exige um olhar para outro a partir de outro ponto da concepção de educação.

O olhar na educação integral não passa apenas pela educação, mais também pela integralidade do indivíduo, deve ser uma educação a ser proporcionada por todos e para todos, na contribuição efetiva para a construção e realização de um projeto educacional onde governos, em suas políticas, programas e serviços, escolas, famílias, ONGs, Associações, enfim, toda comunidade se unam para efetivação do direito a vida digna. Deve ser uma educação protagonizada pela participação de todos, atrelada a efetivação de todos os direitos fundamentas à vida, pois só assim poderemos dizer como é declarado nos Direitos Universais do ser humano, Artigo 1.º “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1996. (Coleção Leitura), disponível em: <http://forum-eja.org.br/files/Autonomia.pdf>, Acesso em: 02/06/2018.

Arvidson (2009) apod: Rezilda, Rodrigues Oliveira, Karla Bezerra de Souza Sobral, ESTADO E TERCEIRO SETOR: a Educação Complementar como um caso de coprodução de um bem público , disponível em <http://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/0250-264-estado-e-terceiro-setor.pdf>. pesquisado em 02/07/2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Escolar: espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza**. MEC, Distrito Federal, 2018.

BRASIL, Associação Casa dos Sonhos. **Projeto político pedagógico**. Santa Rita/PB, 2011, 8 p. Disponível em: <http://www.casadosonhos.org>.

LIMA, de Souza Ivoneide. **O sonho na educação na perspectiva biocêntrica**. Revista Educação em Pesquisa. UVA/UNAVIDA, Ano VI, N°6 (Dez/2016), João Pessoa, PB.

# O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV): CONTRIBUIÇÕES PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL

RENATA BEATRIZ NASCIMENTO LIMA  
renatabeatriz21@gmail.com

MARIA DE FÁTIMA MACEDO DOS SANTOS  
fatima.macedo79@hotmail.com

JOEL ARAÚJO QUEIROZ  
joel.queiroz@ccae.ufpb.br

## INTRODUÇÃO

A partir do Curso de Aperfeiçoamento em *Educação, Pobreza e Desigualdade Social* foi possível esclarecer algumas questões que são de suma importância nos dias atuais e que merecem ser tratadas com a devida atenção. Questões que dizem respeito a pobreza e a desigualdade social, que afetam diretamente as camadas populares em seus diversos contextos, dentre eles: a educação escolar. Este trabalho vem nos mostrar a importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para famílias carentes, sendo importante destacar que não se pretende aqui apontar culpados, visto que são inúmeras as razões que levam crianças e jovens, geralmente advindos de classes mais populares, a desistirem da escola precocemente. Um jovem que precisa percorrer

um longo trajeto até chegar a escola, uma criança que vai à escola com a necessidade de merendar, não ter acesso a escola onde mora, são exemplos de situações de desigualdade que influenciam diretamente na vida escolar. Neste sentido, discutir sobre as relações entre educação e pobreza é extremamente necessária no contexto atual, pois implica nos questionarmos sobre vários aspectos, dentre eles qual o papel da educação na vida de crianças, jovens e adultos em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Após todas as contribuições do Curso de Aperfeiçoamento em Pobreza e Desigualdade Social principalmente para mim que trabalho diretamente com crianças e adolescentes em situação de pobreza e vulnerabilidade social, passei a analisar com um olhar mais crítico e reflexivo as necessidades desses sujeitos e a importância dos Programas Sociais para a construção de uma nova realidade para esses sujeitos. Deste modo, o presente trabalho teve como objetivo mostrar as contribuições de um programa social de caráter federal que desenvolve atividades com crianças e adolescentes em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Aqui, foram destacados toda organização e como é desenvolvido o trabalho junto aos contemplados por esse programa. O ambiente apresentado apesar de configurar-se como um espaço não escolar, local em que trabalho atualmente, tem caráter extremamente educativo visto que conta com a participação de orientadores sociais e professores de diversas áreas. Trata-se de um órgão que está inserido, assim como o CRAS e o CREAS, dentro das políticas de assistência social que cabem a Secretaria Municipal de Assistência Social. Neste sentido, falaremos sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, trazendo alguns dados específicos do município de Mamanguape – PB.

## **O SCFV NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB**

O SCFV possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. Os usuários do SCFV são divididos em grupos a partir de faixas etárias, considerando as especificidades dos ciclos de vida.

O trabalho nos grupos é planejado de forma coletiva, contando com a participação ativa do técnico de referência, dos orientadores sociais e dos usuários. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências. Podem participar crianças, jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil, jovens e crianças fora da escola, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais.

Nos grupos do SCFV, atividades de natureza artístico-cultural, desportivas e esportivas e lúdicas, são algumas das estratégias desenvolvidas para promover a convivência e a ressignificação de experiências conflituosas, violentas, traumáticas – as vulnerabilidades relacionais - vivenciadas pelos usuários. As vivências oportunizadas pelo serviço auxiliam na aquisição de repertórios de comunicação mais efetivos, no desenvolvimento de relações de afetividade emancipadoras; na valorização da cultura local e dos conhecimentos tradicionais da comunidade; na socialização e no sentimento de pertença; na construção de projetos de vida; na participação social, entre outras.

O SCFV do Município de Mamanguape oferta às crianças e aos adolescentes que o frequentam, oficinas de artes, educação física, dança,

teatro, moda, canto, percussão, capoeira, viagens educativas, passeios de lazer e aulas de campo, funcionando durante os horários da manhã e tarde. Assim, alunos que frequentam a escola em um turno participam das atividades do SCFV no contraturno.

A Secretaria Municipal de Assistência Social é responsável por pôr todos os programas do governo de caráter assistencial em prática. Assim, programas como o Bolsa Família, Criança Feliz, dentre outros, fazem parte e são guiados através desta secretaria. Além destes programas, outros projetos também de caráter assistencial fazem parte desta secretaria, como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, popularmente conhecido como Pro-jovem. Todos objetivando contribuir com as populações mais carentes.

Na Secretaria de Ação Social, programas como o SCFV estão diretamente relacionados ao Bolsa Família, isto porque para que a população possa ser atendida por esse projeto é necessário que seja comprovado que seu público é contemplado pelo Bolsa Família, isto porque seu intuito é atender crianças e jovens em situação de risco ou situação socioeconômica precária e já se comprovou que a maioria das pessoas que são contempladas pelo Bolsa Família enquadra-se neste perfil. Assim, no ato de matrícula em projetos como o SCFV é obrigatório a apresentação do cartão do Bolsa Família para que as vagas ofertadas sejam preenchidas com o público desejado.

O SCFV traz uma proposta de contribuir com a formação educacional de jovens e adultos em situação socioeconômica precária, trazendo oficinas e orientação pedagógica para os usuários. No município de Mamanguape-PB no presente ano estima-se que aproximadamente 270 alunos estejam matriculados dentro do SCFV. No entanto, há uma porcentagem que não frequenta regularmente. O ambiente é organizado de acordo com a faixa etária dos usuários, onde ao longo dos dias úteis da semana dois dias são destinados a crianças, dois dias a adolescentes e um dia para o desenvolvimento e planejamento das atividades semanais.

O SCFV também é responsável por organizar eventos em comemoração à datas especiais como Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Páscoa, Dia das Crianças, dentre muitos outros ao longo do ano. Tais eventos visam trazer os pais dessas crianças e adolescentes para conhecer as atividades desenvolvidas dentro do serviço, bem como o objetivo do projeto fortalecer os vínculos entre usuários, pais e funcionários.

Como já mencionado, a maioria do público atendido por estes programas e projetos assistenciais é de pessoas em situação socioeconômica precária, mãe e pais que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade regular e que a maioria se encontra desempregados. Muitas mães comprometem-se em levar suas crianças como uma maneira de encontrar um espaço para realizar as atividades do lar, outras alegam que o principal motivo é contribuir com a educação dos seus filhos. O SCFV que apesar de não trazer a mesma proposta das escolas, traz um caráter inteiramente educativo. Utiliza-se de uma metodologia diferenciada pautada em atividades lúdicas para as crianças e em atividades de reflexão sobre a sociedade, o mundo, deveres e direitos dos sujeitos, fortalecimento dos laços familiares, dentre outros, para os adolescentes.

A forma como o SCFV trabalha com crianças e adolescentes visa estimular a sua reflexão acerca do mundo e da sociedade onde estão inseridos. O estímulo a reflexão, a participação nas atividades lúdicas, nas oficinas específicas que são ofertadas, trazem impactos muito positivos para a educação dessas crianças e adolescentes. Além de ser um espaço que promove uma educação diferenciada, é um espaço acolhedor, pois impede que muitos pré-adolescentes ou adolescentes busquem outras formas de interação danosas, como por exemplo espaço onde há grande fluxo de usuários de drogas e a violência é presente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, vivemos em um país marcado pela grande desigualdade social, onde a realidade daqueles que vivem em situação de pobreza muitas vezes é desconsiderada. Acaba-se criando uma cultura de preconceito forte e difícil de ser desconstruída. Ainda precisamos discutir bastante questões como a desigualdade de oportunidades que causam impactos principalmente para estes sujeitos em situação de pobreza. Felizmente, sabemos que o melhor caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária se dá através da educação, mesmo sabendo que esta não é disseminada igualitariamente para todos, visto que uns possuem uma educação com mais qualidade do que outros. No entanto, a mudança inicial deve partir de nós mesmos, para que se haja a mudança de estado é preciso que os sujeitos se tornem mais conscientes, compreendam as diferentes realidades e necessidades sociais que os ambientes educativos tratam com maior complexidade todos estes aspectos.

Uma das formas de contribuir com estas questões é promovendo oportunidades de estudos como no caso do Curso de Aperfeiçoamento em Pobreza e Desigualdade Social, que nos permitiu estudar de fato a realidade das pessoas em situação de pobreza, quais as necessidades e o que fazer para contribuir significativamente na vida destas pessoas, que educação deve ser propiciada para que tais pessoas tenham consciência de todos os seus direitos e deveres. De fato, o curso permitiu uma ampliação de perspectivas de como atuar junto a sujeitos em situação de pobreza.

O SCFV por se tratar de um programa social que atua especificamente com crianças e jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade social apresenta propostas bastante coerentes para contribuição com a educação de seus usuários e através do curso foi possível aprimorar ainda mais meus conhecimentos e atuação profissional, visto que muitas situações acabam passando despercebidas. De modo geral, houve um entrelaçamento entre a proposta do Curso de Aperfeiçoamento em Pobreza e Desigualdade Social e o SCFV, pois ambos trazem como proposta conhecer a realidade social das pessoas

que vivem em situação de pobreza e contribuir através da educação com a realidade de cada uma delas.

O Curso de Aperfeiçoamento em Pobreza e Desigualdade Social teve um caráter extremamente positivo e importante para o meu aperfeiçoamento pessoal e profissional, visto que a partir dos materiais que utilizamos ao longo das aulas foi possível perceber a importância de saber como trabalhar na perspectiva de transformação, percebendo as necessidades, a realidade das pessoas que vivem em situação de pobreza, serviu para perceber que de fato o SCFV condiz com suas propostas e preocupa-se com a realidade social de seus usuários. Portanto, todo aprendizado construído servirá como base para minha atuação profissional posteriormente.

## **REFERÊNCIAS**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em <<https://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-deconvivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>>. Acesso em: 27 de Junho de 2018.

# O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E O COMBATE A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL

RIVANILSON EVANGELISTA DE CARVALHO MOREIRA  
rivacarvalhort@bol.com.br

MARIA DE FÁTIMA MACEDO DOS SANTOS  
fatima.macedo79@hotmail.com

JOEL ARAÚJO QUEIROZ  
joel.queiroz@ccae.ufpb.br

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho constituiu um dos requisitos necessários para a conclusão do *Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* e teve como objetivo principal refletir a respeito da importância do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na vida das famílias que vivem em risco de vulnerabilidade social na comunidade indígena de Monte Mor, Rio Tinto/PB. O interesse em pesquisar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) vem da importância que ele tem na vida das famílias que estão inseridas no programa, pois esse espaço trabalha com a criança e o adolescente, com os pais, cuja renda em muitos casos constitui-se apenas do benefício do Bolsa Família, além de trabalhar com os idosos que compõem o núcleo familiar.

O CRAS foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de fortalecer o vínculo das famílias no que diz respeito a políticas públicas

que visam a proteção social e a garantia dos direitos fundamentais a vida humana, que por vezes é esquecido ou muitas vezes visto como apenas um programa assistencialista como nos diz Arroyo (2013 p.14) “há diversas críticas que rotulam de assistencialistas as políticas de transferência de renda, como o bolsa família”.

A situação da pobreza é histórica e vem se intensificando com o modelo de desenvolvimento econômico capitalista, que tem nas últimas décadas levado grande parcela da população mundial a viver de forma degradante e excluída de vários direitos fundamentais à vida humana. De acordo com Garcia e colaboradores,

A pobreza, sem dúvida alguma, é a mais perceptível forma de degradação da condição humana, uma vez que coloca claramente aos olhos de toda a sociedade um conjunto imenso de pessoas desprovidas de bens, excluídas socialmente e privadas de cidadania. Desta forma, esse fenômeno apenas realça os resultados contraditórios do modo de organização econômica, social e política das sociedades contemporâneas (GARCIA *et al.*, 2017, p.25).

A evolução dos meios de produção capitalistas e a intensificação de concentração do capital nas mãos de poucos tem exercido uma forte influência na desigualdade social e isso tem gerado uma série de problemas para as famílias, nos direitos fundamentais a vida humana, como por exemplo, a saúde e a educação. É importante salientar que os serviços que são oferecidos no CRAS visam dar cidadania e dignidade as pessoas, através de uma série de serviços que são ofertados as famílias como nos dizem Dias e Thiesen,

Neste sentido, a cidadania será garantida mediante o combate às desigualdades de renda que comprometem a qualidade de vida da população, pois uma má distribuição de renda gera a exclusão de alguns segmentos sociais, acentuando a pobreza e os fenômenos negati-

vos provocados pela desigualdade na vida dessas pessoas (DIAS e THIESEN, 2017, p. 27).

Nesse sentido, podemos compreender melhor que as principais funções e objetivos do CRAS é garantir as famílias inseridas no programa uma melhor qualidade de vida, assim como fortalecer a convivência familiar e comunitária preservando as características da família.

## **O CRAS NO MUNICÍPIO DE RIO TINTO-PB**

O CRAS do município de Rio Tinto/PB está inserido na comunidade indígena de Monte Mor, e funciona com os seguintes profissionais: 02 assistentes sociais; 01 psicóloga; 01 auxiliar de serviços gerais; 01 vigilante. O local onde funcionava o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) até o início deste ano era um antigo prédio de um clube onde eram realizadas as principais festas desta localidade e foi construído pela Companhia de Tecidos Rio Tinto. O local tem uma boa estrutura, porém, por se tratar de um espaço que foi construído para a realização de festas, não era o local mais adequado para que funcionasse um órgão público que visa a proteção integral das famílias, apesar de nesse local terem sido construídas algumas salas onde são realizadas os atendimentos especializados à comunidade. Recentemente, foi inaugurada a nova sede que vai ofertar os serviços de forma mais especializada a comunidade, já que o local foi construído para essa finalidade e possui salas para atendimento especializado e adequado para atender as necessidades do público alvo.

De acordo com a entrevista realizada com a assistente social do CRAS, são atendidas nesse local aproximadamente 350 famílias por mês. Sendo também realizadas visitas domiciliares para estudo de casos e assim realizar os encaminhamentos necessários, como por exemplo, atendimento psicológico, acompanhamento das gestantes, das crianças e dos idosos.

São ofertados os seguintes serviços através do CRAS: 1. serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). De forma que as pessoas que integram esses programas são inscritas no Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal. Ainda de acordo com as informações obtidas com a assistente social, o CRAS está ligado à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Rio Tinto/PB e assim buscam firmar parcerias que visem a melhoria da qualidade de vida das pessoas inseridas no programa, como a parceria firmada com a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) através do PAA – (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar).

A parceria CRAS-Emater, que visa a distribuição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, atualmente encontra-se com 198 famílias cadastradas e atendidas na Aldeia Monte Mor. Além disso, o centro faz o acompanhamento das famílias cadastradas na cozinha comunitária que distribui cerca de 210 refeições diárias as famílias mais vulneráveis.

As famílias que são atendidas pelo CRAS têm como fonte de Renda o Programa do Governo Federal o Bolsa Família, o BPC-Benefício de Prestação Continuada, Aposentadorias, e algumas famílias também desenvolvem algumas atividades que contribuem para a renda como a agricultura familiar e a pesca.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participar do *Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* possibilitou-me conhecer as inúmeras faces que a pobreza se apresenta na sociedade brasileira, levando-me a refletir sobre qual é o papel da sociedade e da escola no enfrentamento da pobreza e da exclusão que vive parcela significativa da população brasileira.

Diante de tudo que foi exposto nesse trabalho, observamos a contribuição que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem

desenvolvido junto as famílias nele inseridas, um trabalho imprescindível, que envolve desde a aquisição de alimentos, ao apoio psicológico, afetando positivamente crianças, adolescentes e idosos, e permitindo a proteção e o fortalecimento do vínculo familiar dessas pessoas que fazem parte da comunidade indígena de Monte Mor.

Existem críticas aos programas que visam a melhoria de vida das pessoas menos favorecidas da sociedade, como as dirigidas ao Programa Bolsa família, sendo chamado meramente de cunho assistencialista, e/ ou que incentiva os usuários a não quererem trabalhar. No entanto, corroboro com o pensamento de Arroyo, o qual diz que:

Se a vida é o primeiro direito do ser humano e garanti-la é o dever mais elementar do Estado, não pode ser considerado assistencialismo algo que efetive essa garantia. Nesse sentido, o programa bolsa família assume como inspiração política que o reconhecimento do direito à vida é um dever público, logo, a ser traduzido em políticas de Estado, como uma responsabilidade pública, para além do tradicional assistencialismo.

É fundamental debater com a sociedade a importância que os programas sociais têm na vida das famílias brasileiras. Os programas sociais vêm ao longo dos anos somando esforços para a garantia dos direitos fundamentais a uma vida humana digna, possibilitando assim que as famílias tenham um vínculo familiar. Através das atividades desenvolvidas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) observa-se a importância que esse programa tem desempenhado na vida das famílias brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Modulo Introdutório - Pobreza, desigualdade social e educação**. Secadi-Secretaria de Educação continuada, diversidade e inclusão.

GARCIA, Aldir Valdemar; TORRI, Danielle; CERNY, Roseli Zen; OLIVEIRA, Silvia Maria. **Reflexões sobre a pobreza [Recurso eletrônico on-line]: Concepções, enfrentamentos e contradições** 1ª ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017 (educação, pobreza e desigualdade social) V.1

GARCIA, Aldir Valdemar; TORRI, Danielle; CERNY, Roseli Zen; OLIVEIRA, Silvia Maria. **Reflexões sobre a pobreza [Recurso eletrônico on-line]: Concepções, enfrentamentos e contradições** 1ª ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017 (educação, pobreza e desigualdade social) V.6.

# **SOBRE OS ORGANIZADORES DOS LIVROS**

## **CÉLIA REGINA TEIXEIRA**

CV: <http://lattes.cnpq.br/0160751688492465>

Professora Doutora da Universidade Federal da Paraíba (2010). E-mail: [cel.teix@terra.com.br](mailto:cel.teix@terra.com.br). Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jales (1991), Especialização em Didática e Currículo do Ensino Fundamental pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1992, 1998), Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2001) e Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba e do curso de Letras - Inglês da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Práticas Educativas, Currículo e Cultura (CNPq). As publicações em periódicos estão inseridas no macro campo da Educação, discutindo os micros temas: Formação de Professores, Currículo e Avaliação Educacional. Projetos de Pesquisas e Orientações versam sobre o papel da escola e a importância do ofício docente, do currículo, avaliação da aprendizagem, da avaliação em larga escala, ensino e aprendizagem, escolas públicas e da gestão escolar.

## **FRANCYMARA ANTONINO NUNES DE ASSIS**

CV: <http://lattes.cnpq.br/7307663118914288>

Possui graduação em Fonoaudiologia pela Universidade Católica de Pernambuco, graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora da Universidade Federal da Paraíba junto ao Departamento de Educação do Campus IV. Vincula-se ao Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba – HISTEDBR/PB; e ao Grupo de Pesquisa Práticas Educativas, Currículo e Cultura

Escolar. Atua como pesquisadora nos campos da educação inclusiva; práticas disciplinares; práticas educativas; cultura material escolar; história de vida de professores.

### **JOEL ARAÚJO QUEIROZ**

CV: <http://lattes.cnpq.br/4432575322141234>

Possui graduação (licenciatura e bacharelado) em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba (2004), mestrado e doutorado em Biologia Vegetal pela Universidade Federal de Pernambuco (2009 e 2014, respectivamente). É docente da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Aplicadas e Educação, lotado no Departamento de Educação, *campus* IV. Tem experiência na área de Botânica, com ênfase interação plantas-polinizadores noturnos. Nos últimos três anos vem se dedicando à formação de docentes em diferentes cursos (Pedagogia, Biologia, Matemática, Letras e Ciências da Computação), trabalhando com temas relacionados ao ensino de ciências, alfabetização científica, ecoalfabetização, alfabetização de adultos.

### **JOSEVAL DOS REIS MIRANDA**

CV: <http://lattes.cnpq.br/6303738632950566>

Universidade Federal da Paraíba/ Centro de Educação/ Departamento de Metodologia da Educação, Doutor em Educação. Doutor e Mestre em Educação pela Universidade de Brasília – UnB. Master en Promoción de la Salud Sexual pela Universidad Nacional de Educación a Distancia – UNED. Posuo Especialização em Psicopedagogia Aplicada a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, em Supervisão Escolar e também em Educação Sexual. Sou Licenciado em Pedagogia. Atualmente sou professor e pesquisador Adjunto III, em Regime de Dedicção Exclusiva da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Centro de Educação – CE no Departamento de Metodologia da Educação – DME. Os termos mais frequentes na contextualização da minha produção científica são: Didática, Formação de Professores,

Avaliação das aprendizagens, Organização do Trabalho Pedagógico, Currículo, Educação de Jovens e Adultos e Educação e diversidade Sexual.

**MARIA VALDENICE RESENDE SOARES**

CV: <http://lattes.cnpq.br/0670947991478100>

Pedagoga, doutora e professora adjunta. E-mail: valdenicejp@hotmail.com. Graduada em Pedagogia com habilitação em Educação de Jovens e Adultos (2006) e Orientação e Supervisão Escolar (2007) pela UFPB. Mestre em Educação pelo PPGE/UFPB (2012), doutora em Educação pelo PPGED/UFRN. Dedicase aos seguintes temas: educação e jovens e adultos, história da educação e organização do trabalho pedagógico. Professora adjunta do departamento de Educação do CCAE, Campus Litoral Norte – UFPB